

ATA N.º 6/2020

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2020:

Aos sete dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Ricardo José Silva Gomes (PSD) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.
- 2.º - Período de antes da ordem do dia.
  - 1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;
  - 2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
  - 3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.
- 3.º - Período de intervenção do público.
- 4.º - Período da ordem do dia:
  - 1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
  - 2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 2019;
  - 3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (modificação n.º 16);
  - 4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização para assunção de compromissos plurianuais - refeições escolares para o ano letivo 2020/2021;
  - 5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche para o ano de 2020;
  - 6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao

Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e oito minutos, encontrando-se na sala vinte e dois dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) compareceu no decurso da sessão, durante a apreciação e votação do ponto um da ordem do dia, não tendo participado na votação e o senhor Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS) compareceu no decurso da sessão, durante apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, não tendo participado na votação dos pontos da ordem do dia, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreira (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD) José António Bombas Amador (CDU) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD), Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### APRECIÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia Municipal continuou a apreciação do ponto em epígrafe, que tinha sido iniciado na primeira reunião da presente reunião.

#### **Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Disse:

«O primeiro assunto tem que ver com o voto de felicitação ao senhor António Manuel Carvalheiro Évora, que passo a ler, se concordarem com a redação será enviado, os outros votos já foram remetidos: "Pelo presente cumpre-me informar V.Ex.ª de que, na primeira reunião da sessão ordinária de setembro de 2020, da Assembleia Municipal de Peniche, realizada no dia 25 de setembro de 2020, foi apresentado um voto de felicitação a V.Ex.ª por ter sido nomeado como um dos três melhores atores no Festival de curta-metragem. Com os melhores cumprimentos. O Presidente da Assembleia Municipal".»

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse:

*«No final da reunião passada, eu coloquei um conjunto de questões à Câmara Municipal e, na altura, pedi que as respostas me fossem enviadas. Se possível, agradecia que me enviassem as respostas.»*

**Ademar Marques (PSD):**

Disse:

*«Já percebi que o senhor Presidente quer acrescentar alguma coisa, em relação àquilo que já respondeu no outro dia, mas, para além disso, quero recordar, e até dando mote para a intervenção do senhor Presidente da Câmara, que houve algumas questões colocadas pela senhora Deputada Sofia Barradas que ficaram por responder, relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular e ao Parque de Campismo.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse:

*«Boa noite a todos os presentes e a quem nos ouve em casa. Eu creio que a questão do senhor Deputado Licínio Pereira tinha que ver com o facto de eu ter dito que “estávamos muito bem como estávamos em Ferrel”. Referia-me, naturalmente, à questão da agricultura e às condições, que poderei aflorar quando esta Assembleia marcar a Assembleia Municipal extraordinária para discutir o PDM, que foi pedida com a petição, e aí até lhe poderei exemplificar no mapa, fica desde já esse compromisso, se entender.»*

**Licínio Pereira (GCEPP):**

Disse:

*«Mas não foi isso que eu perguntei, o que eu pergunto é se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, como isto foi feito no calor da discussão, mantém esta opinião.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse:

*«Eu voltei a dizer que, no que concerne à agricultura, que é a parte mais gritante na discussão, mantenho, deve-se manter como está.»*

**Licínio Pereira (GCEPP):**

Disse:

*«Eu vou ler o que o senhor Presidente da Junta de Ferrel disse: “Na questão do ordenamento de Ferrel, se nos deixarem ficar como estamos nós estamos muito bem, toda a gente quer ir para lá, aquilo faz-se casas e vende-se, as pessoas gostam como está, nós também, vivemos nas nossas sete quintas, e se nos deixarem estar como estamos ficamos felizes da vida e aí vou fazer um voto com uma declaração a dar os parabéns.” Isto não fala aqui de agricultura, nem em nada de espacial, fala numa posição que o senhor tem, em relação a qualquer que seja feita em Ferrel. Mantém esta posição?»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse:

*«Eu não sei onde é que o senhor Deputado Licínio Pereira quer chegar, mas eu mantenho a minha posição.»*

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Disse:

*«Antes de dar a palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, propôs, em relação ao PDM, e eu vou adiantar uma situação e depois o senhor Presidente da Câmara responde, uma reunião na primeira quinzena de outubro, e o senhor Presidente da Câmara, na reunião de Câmara, propõe para o dia vinte e três de outubro, uma reunião com a Comissão de Acompanhamento do PDM.»*

**Licínio Pereira (GCEPP):**

Fez a seguinte declaração:

*«Minhas senhoras e meus senhores. Já não é fácil, chegando aqui, falar do projeto do PDM. Tanta coisa foi dita, escrita e feita. Não adianta escamotear a verdade, este processo não correu como devia. Neste momento, não há ninguém mais interessado em ver este dossier resolvido e encerrado que o Presidente. Henrique Bertino tem uma forma peculiar de exercer o poder, para o bem e para o mal, tem defeitos, quem os não tem, terá errado em algumas circunstâncias, quem não erra, pela sua personalidade não agrada a toda a gente, mal seria se assim não fosse, não é na maioria das circunstâncias politicamente correto, é nitidamente o não-alinhado, sempre o foi, agora e no passado. Por tudo isto controverso e imprevisível, mas como dizia Agostinho da Silva só os inertes e os medíocres o não são. À volta desta questão do projeto PDM, friso "projeto", foram criadas várias narrativas mais ou menos elaboradas, a construção do gigantesco hotel no Baleal, a criação de uma praia privada, situação não permitida pelo nosso direito marítimo, teremos sempre acesso a qualquer praia, as famosas expropriações, o fim da agricultura, esta narrativa tem vindo a ser desmontada pelo Presidente, o fim do trânsito no centro Ferrel, amigos anónimos que, por email, fazem chegar projetos secretos e tenebrosos constantes do futuro PDM, munícipes que não conseguem ver aprovados os projetos, por via de colidirem com o futuro PDM, munícipes com medo de retaliações se denunciarem esta situação e não conseguirem ver no futuro projetos aprovados nos serviços da Câmara Municipal. Em relação a estas questões, esclarecer o seguinte: todos os projetos aprovados ou não, são sempre acompanhadas de fundamentação, de facto e de direito, conforme estabelece a lei a bem da transparência, para além disso, também por força de lei, nenhum projeto pode ser reprovado por colidir com o futuro PDM. No entanto, em todas estas narrativas é evidente o aproveitamento, mais ou menos implícito, de atingir o Presidente, nem o Maomé disse tão mal do toucinho, chega a ser ridículo. É minha convicção que esta questão no PDM vai ser resolvida, a curto prazo, iremos ter o PDM que responde às legítimas aspirações das populações, serenamente, sem agitações, com elevação e colaboração de todos. Para terminar, e sem medo das palavras, porque nestas coisas não há inocentes, é evidente que esta questão do PDM e outras anteriormente utilizadas, têm visado o assino político do Presidente, também o mesmo ao seu carácter. Esta será sempre a minha opinião, no entanto, basta observar as alianças, entretanto formadas, a forma pouco respeitosa como têm vindo a confrontar o Presidente alardeando uma pretensa de superioridade intelectual, moral e política que eu não reconheço.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Em relação à questão que colocou, o que nós equacionámos, em termos de comunicação aos senhores Vereadores, e nem falei com o senhor Presidente da Assembleia e peço desculpa por isso, foi vinte e três ou trinta de outubro, só que nós estamos a trabalhar em várias frentes deste processo, do PDM, estamos a querer clarificar questões que estamos a trabalhar, queremos fazer mais algumas reuniões, aliás, o objetivo que eu referi, em finais de julho, foi que, depois de setembro, nós queríamos fazer as reuniões que faltam fazer, que não devem ser poucas, mas também*

*pretendemos clarificar as questões, até pelos pareceres que vão chegando e ainda com os que faltam chegar, portanto, eu diria que devíamos deixar em aberto a possibilidade de fazer a vinte e três ou a trinta de outubro. Podemos fazer a vinte e três, mas se nós considerarmos que podemos estar um pouco mais adiantados durante mais uma semana, pedia que tivessem essa compreensão, mas nos finais de outubro, durante o mesmo de novembro e, provavelmente, o mês de dezembro, o PDM é uma prioridade, independentemente de o processo passar para meio de junho e depois pode passar para 2022, nós queremos fechá-lo, é esse o objetivo, portanto, o que faltava esclarecer e aprofundar nós estamos a fazê-lo e queremos continuar. Provavelmente o que vai acontecer, e já disse isso no sábado, até porque há Câmaras muito atrasadas neste processo, é que vão fazer essa pressão e ao contrário do que foi dito, ninguém gosta de estar a discutir o PDM em cima das eleições, não é favorável a nenhum Presidente Câmara. Deixo em aberto o dia vinte e três ou trinta de outubro.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que concordava com o dia trinta de outubro.

**Ademar Marques (PSD):**

Disse:

*«A reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM não me parece que deva ser a Assembleia Municipal a decidir, eu acho que tem que ser uma coisa acertada com a equipa técnica, com quem tem que estar na reunião.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse:

*«Espero que aquela afirmação que foi feita aqui hoje, pelo senhor Deputado Licínio Pereira, não seja para mim, porque a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei reuniu com a Junta de Freguesia de Ferrel, como reunirá com qualquer Junta de Freguesia, com qualquer órgão que lhe seja proposto a discussão do tema, portanto, espero que não seja para mim, porque eu não alinho nessas coisas. Tenho opinião, transmiti a minha opinião no final da reunião, está agravada, portanto, não tenho problema nenhum. Relativamente ao dia trinta de outubro, eu disse que não via mal nenhum, e não vejo, mas a proposta que foi feita foi que a Assembleia Municipal, um grupo restrito, porque não podemos estar todos, pudesse reunir com a equipa técnica e com o senhor Presidente da Câmara, e perceber, neste momento, qual o ponto de situação do PDM.»*

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Disse:

*«Eu vou perguntar ao senhor Presidente da Câmara e à equipa técnica se me deixam assistir à reunião técnica de segunda-feira, dia doze de outubro, na Câmara Municipal, para eu poder falar com a equipa técnica, depois combino com os líderes de bancada como havemos de fazer um encontro com a equipa técnica do PDM.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Há um equívoco, a reunião de segunda-feira não tem a equipa técnica externa, tem técnicos internos, foi isso que foi sugerido durante muito tempo e é esse o objetivo de segunda-feira, é procurar, entre nós, nas questões mais problemáticas, sabermos o que é que cada um pensa, que ainda não sabemos, em relação a casos concretos. Não precisamos da equipa técnica para nada, isto sempre foi dito e quase todos os senhores Vereadores disseram em momento, e eu também o fiz, que quem decidia eram os autarcas, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, é isso que tem sido dito. Obviamente, que quando digo, e assumi, que são os vinte e cinco membros da Assembleia*

*Municipal que decidem, será na parte final, porque os membros da Câmara Municipal, os sete ou a maioria, podem decidir uma coisa e chegar à Assembleia Municipal e não ser aprovado, portanto, quando eu refiro os vinte e cinco é isso, eu não fujo às minhas responsabilidades, até porque tenho opinião sobre muitos casos em concreto.*

*Nós estamos a trabalhar no PDM, estamos-nos a esforçar muito, estávamos à espera disto, no fundo, o nosso timing era este, estávamos a ver se vinham os pareceres que foram solicitados para depois formalizar as propostas de alteração que entendemos e fazer os ajustamentos, que não é só na agricultura, há outros aspetos do PDM, seja do regulamento, seja das plantas, que temos que ajustar, e não é o Presidente, às vezes parece que é o Presidente da Câmara que vai decidir tudo, não, eu até procuro consensos e há coisas que eu próprio tenho dúvidas e gostava de ouvir os senhores Vereadores. A equipa técnica fez o essencial das suas propostas, nós vamos continuar a trabalhar, como sempre desejámos, com a equipa técnica, mas há momentos em que ela não tem que estar, portanto, vamos ouvir cada uma das pessoas envolvidas, vamos ouvir uns aos outros e, em função disso, vamos propondo alterações ao regulamento, porque as situações estão em aberto, há questões, até problemáticas, que podem estar a ser defendidas que podem ser propostas, ser aprovadas pela Assembleia Municipal e, depois, as entidades podem não aprovar, porque a Assembleia Municipal não é o fim da linha.*

*A Câmara Municipal vai reunir as vezes que forem precisas, já disse isso na terça-feira, e que, naturalmente, os membros da Câmara possam para irmos ultrapassando aquilo que for necessário. Um dia destes faremos uma informação, porque parece que nós não discutimos nada, em termos de Executivo Municipal, neste mandato, mas fizemos muitas horas, às vezes dias inteiros, a discutir o PDM. O Executivo Municipal vai trabalhar com os técnicos municipais, com as pessoas que estão próximas de mim, que estão a trabalhar este tema, e com o senhor professor Jorge Carvalho.*

*A proposta da Comissão de Acompanhamento vai nesse sentido e sugeria, porque também estou atento às propostas, que no mês de novembro, se os senhores Deputados querem fazer uma Assembleia Municipal, se debata o que já estiver mais avançado, agora, se querem saber, na minha opinião, se o processo está finalizado em novembro, eu acho que não, mas acho que nos próximos tempos, como eu referi em 29 de julho, após o mês de setembro pretendo ir às localidades do concelho, como já fomos, sob minha proposta.»*

**Ademar Marques (PSD):**

Disse:

*«É preciso haver aqui alguma ordem, porque o senhor Presidente da Câmara estava a responder, ainda, a questões, e isso devia ter sido antes de haver outras declarações que vêm a despropósito, portanto, se o que estava combinado era o senhor Presidente da Câmara acabar de responder, era isso que deveria ter acontecido. Sugiro que o senhor Presidente responda e depois fosse dada a ocasião de fazer replica do que foi dito na outra semana e de fazer as restantes intervenções.»*

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Disse:

*«Gostaria de dizer ao senhor Presidente da Câmara que existe uma petição que deu entrada na Assembleia Municipal, que foi enviada para outros organismos, mas não foi enviada à Câmara Municipal, por isso estamos preocupados em relação a isso e, em função do número de pessoas que a subscreveram, a Assembleia Municipal é obrigada a aceitá-la. Vamos discutir, no decorrer da sessão, se concordam com o prazo proposto pelo senhor Presidente da Câmara para reunir a Comissão da Assembleia Municipal.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Permitam-me que abuse da vossa paciência, mas não queria deixar de saudar a nomeação do senhor Dr. Jorge Abrantes para o Gabinete da senhora Secretária de Estado das Pescas.*

*Em relação àquilo que aconteceu na última reunião da Assembleia Municipal, e eu tinha referido há pouco, eu estive a ler as intervenções do senhor Deputado Ademar Marques e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, obviamente, por razões diferentes, mas confesso que fiquei muito triste, fiquei muito indignado com algumas questões, acima de tudo, porque não são intervenções do calor da discussão, não, são intervenções pensadas e trabalhadas. Sobre a coragem política, quem nos conhece compara-nos, ao senhor Ademar Marques e ao senhor Henrique Bertino, porque quando sair destas funções, vai continuar a ser o senhor Henrique Bertino que era antes, que, com certeza, continuará a ser respeitado por muita gente, por outros nunca foi nem será, mas isso não me surpreende.*

*Só quero lembrar, porque o senhor Deputado não sabe, que eu tenho muitas histórias, que são verdadeiras, e só vou referir uma: em 1991, salvo erro, os armadores da pesca do cerco não conseguiram vender o carapau, porque havia um mercado paralelo, e num momento instantâneo bloquearam o porto e ele esteve parado uma semana. Por acaso lembro-me, porque estava a tirar a carta de Mestre de Arraste, e foi duplamente esforçoso, porque tenho a certeza que se não estivesse atento e interventivo, provavelmente, tinham existido algumas desgraças em Peniche, naquela altura. Lembro-me, também, de um dia, que estávamos aqui reunidos, eu era representante do Sindicato, nos Paços do Concelho, e ouvi alguém que disse que isto só se resolvia de uma forma, era colocar a Polícia de Choque para abrir o porto que estava bloqueado, e eu respondi, façam o que entenderem, mas quem tomar essa decisão deixará de ter condições de viver na minha terra, que é a terra de todos. Depois é assim, eu gostava, sinceramente, de ver o senhor Deputado, que também lê algumas coisas, alguns desabafos, nomeadamente, durante a campanha eleitoral, a assumir aquilo que eu assumi durante o ano de 1977, porque se calhar a coragem política não chegava aí.*

*Em relação ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, colocou várias questões, mas algumas delas ainda não tenho respostas.*

*Relativamente aos regulamentos, acho que um dos regulamentos que referiu está muito adiantado, o outro deve estar para publicação, mas vou dar a resposta a estas duas questões.*

*Em relação ao alargamento da época balnear, não sei se o senhor Presidente esteve atento ao que se passou durante este ano, nomeadamente, com os concessionários, em que, em determinada altura, eu avancei com uma proposta, que eu defendo para o futuro, porque eu acho que devia ser uma marca a segurança das nossas praias, e estávamos a trabalhar nisso, na constituição de uma equipa permanente, para os dozes meses do ano, que estivesse muito concentrada na Baía Norte e na Baía Sul, muito através dos meios de comunicação, com uma viatura e outros meios, inclusive já tínhamos valores para isso, mas depois entendeu-se que não, que este ano devíamos apoiar os concessionários e vamos fazê-lo e, inclusive, algumas pessoas se manifestaram contra essa solução. Eu sou defensor do alargamento da época balnear, mas há pessoas, nomeadamente aos concessionários, que foram sempre contra, mas, como em outros casos, nós vamos ter que aproximar posições e, em última análise, serão os autarcas que decidirão. Por outro lado, não sou defensor que o Município tenha que pagar tudo, portanto, há que haver um ponto de equilíbrio, espero que seja este o ano de exceção e que no próximo ano não haja, novamente, a necessidade para estar a apoiar os concessionários, que eles possam fazer a sua atividade normal e que nós possamos decidir, mas estas são questões que estão em aberto, porque, felizmente, há uma Associação de Concessionários que nos devemos aproximar e conversar sobre estas situações.*

*Em relação ao Projeto de Ordenamento da Ilha do Baleal, tem um parecer negativo de uma entidade, estamos a trabalhá-lo e a tentar, no fundo, retificar o que é possível, para depois avançar.*

*Em relação ao ordenamento do centro de Ferrel, foi uma reivindicação da Junta de Freguesia, desde o princípio do mandato, e eu diria que é uma reivindicação das freguesias desde, talvez, há vinte anos. Respondendo diretamente, vamos executá-lo, a Câmara Municipal vai executar, e quando eu referi que não era Junta de Freguesia que ia fazer a obra, era devido à sua dimensão e parece que ficaram ofendidos que não seria a Junta de Freguesia a fazê-la, da mesma maneira que não vai a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia fazer a obra da Bufarda, mas pode fazer a da Rua Francisco Coutinho, depende da dimensão, do tamanho.*

*A escada da carpintaria que é referida, a Agência Portuguesa do Ambiente não aprovou. Está para instalar, já fizemos a aproximação, mas às vezes não nos deixam, aliás, temos vários projetos, inclusive, para a Freguesia de Atouguia da Baleia e há projetos que é preciso trabalhar muito, convencer, abrir a porta para outras soluções, mas ainda não estamos com autorização e não queremos chegar ali e impor a nossa vontade. Há momentos que os conflitos com entidades da Administração Central só nos trazem aborrecimentos.*

*Em relação à ampliação do cemitério de Ferrel, quero referir, até porque as pessoas podem não saber, que o cemitério Ferrel foi uma preocupação desde a primeira hora, é propriedade da Junta de Freguesia de Ferrel, como os outros são das Juntas de Freguesia Rurais, só o da cidade e que é gerido pelo Município, que nós compreendemos, que fizemos reuniões, uma com os proprietários, um deles é que sugeriu que adquiríssemos os terrenos, fizemo-lo, acordámos muito rapidamente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia disponibilizou-se para falar com alguns proprietários, ou eu pedi-lhe, conseguiu resolver um conjunto de situações, que eram os terrenos essenciais, e depois ficaram os outros, e falta, ainda, fazer um acordo de um terreno, mas o essencial está feito, independentemente de eu pensar que pode haver um ajustamento ou outro. O projeto esteve demasiado tempo no Setor de Projetos do Município, depois ficou orientado, teve a participação do senhor Presidente da Junta e agora estava naquela fase para fazer o ajuste, como estão outros, a contratação dos projetos de especialidade do projeto de execução. Depois, começámos a falar em valores, em tempos, em demoras e eu tomei uma decisão com os técnicos, para abreviar, porque senão nunca mais fazemos isto e a Junta de Freguesia ter razão, eu também tenho a avaliação de que aquilo ainda tem covais para algum tempo, mas é um processo que nos inquieta, portanto, temos que resolver o problema que falta, o daquela propriedade, e a seguir a Câmara Municipal vai executar o cemitério, a dúvida é se a Câmara Municipal deve propor, mas isso a CCDR nos dirá. Há que tomar a decisão, e isso é a Câmara Municipal, de executar o projeto como está delineado ou fazer o prolongamento do cemitério, caso nos deixem tirar a terra que está no talude e fazer o cemitério no mesmo plano, mas este processo está a andar, já foram documentos para CCDR recentemente, e espero que, em breve, tenhamos condições para avançar a construção do cemitério de Ferrel.*

*A curva da morte, como o senhor Presidente da Junta referiu, também sabe, porque o transmitiu, houve um acordo com um dos senhores, foi feita a escritura e foi pago, com o outro senhor está feito o acordo e está à espera de fazer a escritora, assim que estiver feita, vamos executar a obra, vamos cortar aquelas casas, vamos fazer com acompanhamento, aliás, foi um compromisso que eu tive com o senhor, que está em França, que aquilo só se faz quando o senhor cá estiver, se a outra estrutura estiver feita, iremos fazer o corte, levantar uma nova parede e fazer o que for preciso fazer, em seguida fazemos o passeio e os varandins de proteção, é o que estava combinado e é que vai ser feito.*

*Perguntou, também, quando é que fazíamos duas ou três lombas, eu digo que será quando pudermos, porque temos dezenas delas para fazer bombas, algumas delas aprovadas que não conseguimos executar.*

*Ligando isto a outra questão que o senhor Presidente da Junta referiu e que eu sei que levou para as redes sociais, que é um direito, que tem que ver com o facto da máquina da Câmara ter estado a asfaltar em Ferrel, entretanto, a máquina avariou, a galera avariou e ficámos sem*

condições de trabalho, e foi por isso que eu pedi ao senhor Arquiteto Miguel Carvalho, Chefe da Divisão de Obras Municipais, para lhe transmitir que não tínhamos condições de ir para lá a 24 de agosto, inclusive, na semana anterior, tomando consciência, porque lhe foi comunicado que a máquina estava com problemas, nomeadamente elétricos, liguei para uma empresa, que a Câmara não pedia assistência há algum tempo, a Moviter, em Leiria, por sugestão do senhor Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã, porque lhe tinha pedido a máquina, mas que estava a trabalhar, e a máquina do Município do Bombarral veio para Peniche, por empréstimo, que infelizmente também avariou. Face a todas as avarias, e como não tínhamos a galera para transportar a máquina, tomei a decisão de colocar a equipa a trabalhar e ficaram na Prageira a executar um trabalho que estava previsto ser mais tarde. Nesta avaliação, até porque tínhamos um compromisso, estava planeado fazer tudo seguido, duas semanas numa freguesia, mais duas semanas em outra freguesia, e fala de duas freguesias, porque são reconhecidamente as que estão em pior estado, que é a Freguesia de Atouguia da Baleia e a de Ferrel, portanto, face isto e atendendo que já estava programado para a Atouguia da Baleia pensei, suspende-se ali, vamos duas semanas para Atouguia da Baleia, se correr normalmente, vamos para Ferrel. Não há nenhuma má intenção em não fazer, o propósito é fazer enquanto há tempo. Já agora adianto que, sendo verdade aquilo que eu referi no princípio do mandato, não gostava de fazer alcatrão eleitoral, e vamos ter que fazer. Estávamos a tomar um conjunto de medidas, tivemos que comprar um cilindro, uma Fresadora que não tínhamos, está caminho a aquisição de uma caldeira, uma nova galera está programada, uma giratória pequena teve que ser adquirida. Para além disso, a nossa estratégia teve que mudar, tínhamos a pretensão de fazer um empréstimo para nos ajudar a custear a nossa execução interna, mas como não foi aprovada alterámos o sistema e estamos a pensar comprar uma máquina, porque a nossa asfaltadora não aguenta.

O senhor Presidente da Junta de Ferrel disse que agiu em todo este processo, como o meu candidato e amigo Fernando disse que iria agir, não, não agiu nada, primeiro, ele disse que vinha sozinho, o senhor Presidente da Junta não veio sozinho falar naquelas questões que depois colocou em termos públicos. Se me disser que disse as coisas na Assembleia Municipal, que disse as coisas em diversas reuniões, que disse as mesmas coisas e que eu possa não ter ouvido com equipa técnica, disse, mas ao Presidente a Junta e mais alguma coisa que ele é, isso não disse, portanto, não veio sozinho, veio com a equipa, depois veio com o povo, como o senhor Presidente diz, mas sozinho não veio, porque se viesse sozinho as coisas poderiam ter sido diferentes, mas foi o que foi e ficará para a nossa história, pelo menos para a história dos dois ficará.

Em relação à gestão do PDM, em função dos objetivos eleitorais, quem tem experiência política percebe que ninguém quer um PDM na sua campanha eleitoral.

Relativamente ao encosto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, porque preciso da Atouguia da Baleia para ser eleito, se eu for eleito preciso de Atouguia da Baleia, de Ferrel, da Serra d'El-Rei e de Peniche, preciso dos votos das pessoas como todos nós precisamos, e tenham a certeza de uma coisa, se eu tiver saúde vou ser candidato, se as pessoas entenderem que vão escolher outro, eu nem tomo posse, e já disse isto publicamente, por respeito, não vou ficar a fazer oposição nem me vou vingar de nada daquilo que me têm estado a fazer, não, aí sou muito diferente e dou lições a muita gente, porque eu já cá estive há trinta anos. Se sou amigo do senhor Afonso Clara, sou, há anos, como tenho uma relação com muitos pontos de vista divergentes com o senhor Jorge Amador, temos pontos de vista muito diferentes, procedimentos muito diferentes, aliás, acho foi essa a razão principal pelo qual entendi ser candidato, mas respeitamo-nos. O que estou a fazer com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia foi o que sempre defendi, as Juntas de Freguesia que queiram fazer trabalho e obras o devem fazer, dentro de determinadas condições. É verdade que há duas Juntas de Freguesia que têm uma capacidade e uma apetência, e não estou a dizer que a Junta de Freguesia não tem, que é Peniche e a Atouguia da Baleia, provavelmente neste momento mais a Atouguia da

Baleia, para fazer obras, desde que tenham os alinhamentos e os estudos feitos, quando é preciso, pedem os materiais e nós vamos dando. Ferrel tem muitas situações dessas, é mais difícil trabalhar em Ferrel do que em Atouguia da Baleia, aliás é uma das questões que vou propor ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, com a senhora Arquiteta e o senhor Arquiteto, irmos lá ver algumas questões, porque eu olho para o Google Maps e não estou tranquilo, é preciso ir avaliar, com o senhor Presidente da Junta de Ferrel naturalmente, os acordos de obras que podem seguir, mas temos que ter cuidado, nem tudo pode ser feito como nós queremos, há algumas regras que é importante, em termos de ordenamento, garantir o máximo possível.

Há uma outra questão que eu não posso deixar, porque é uma situação feia, citou: "Pela calada da noite só me lembro de ver colar cartazes ou colar autocolantes, segundo me parecia um individuo assim de estrutura alta, com gorro, em 2005, sobre os cartazes da campanha do Partido Socialista." Se isto é para mim é uma infâmia, é uma calúnia, não é uma insinuação. Quem diz isto que assuma, que está a ser repetido, eu sou das pessoas deste concelho que tenho mais cartazes colados, há que assumir. A forma como isto é dito, é para mim, eu engulo, mas digam onde foi e com quem. Isto é demais.

Em relação à equipa, não tenho que concordar, eu tenho uma evidência, herdei uma equipa que não conhecia, os primeiros contactos que tive com essa equipa manifestei desacordo em algumas questões, mas como pessoa responsável que sou, a meio do ano 2020, não há condições sequer para mudar, senão voltamos com o processo todos atrás. O trabalho está a ser feito e há que aproveitar este momento para agradecer às pessoas dentro da casa, antes e depois de eu entrar, pelo esforço que têm feito. Se eu estou de acordo com tudo o que fazem, não, agora vamos chegar ao fim da linha, e esse fim somos nós que decidimos.

Os ofícios que foram respondidos, e eu assumo isto, à Junta de Freguesia de Ferrel, foram respondidos tecnicamente, portanto, não chegou ao ponto político, estávamos a ver se podíamos conversar, o que é que era preciso aprofundar, as pessoas é que entenderam que o processo estava no final. Não respondemos à pergunta concreta sobre o hotel, porque não podíamos, um Presidente da Câmara não pode responder a isso, existem regulamentos, naquela zona não há nada aprovado, a Câmara Municipal não aproveitou, em julho de 2017, a Unidade de Execução, e há que respeitar, a partir daí há que trabalhar para outras soluções. É verdade, e eu já defendi publicamente, que olhei para a Unidade de Execução e delineei a minha estratégia, em termos de ocupação do espaço, porque acredito, tenho fé, que nós consigamos, naquela frente toda, fazer uma boa operação urbanística. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel referiu, na sua intervenção, que propôs que na zona da Unidade de Execução deveria ter zona verde, também, eu, ainda não propus, mas também concordo, como concordo com outras coisas que a própria Junta de Freguesia defendeu, mas não estávamos no tempo. Quando diz assim: "não há projeto", não há projeto, não há Unidade de Execução, e isso é impedimento para que nós possamos trabalhar numa perspetiva de uma solução ou de várias soluções, há várias.

Há uma coisa que me foi perguntado e que eu não respondi, qual era o preço por metro quadrado, mas eu não podia responder, porque não sabia, nem quero saber, eu quero é que façam acordos, tragam-nos propostas, e dentro daquilo que for competência da Junta de Freguesia será ouvida e mesmo que não seja competência, se quiser dar contributos, como qualquer outro membro, pode dar.

Não gostei, sinceramente, daquilo que foi referido e ainda por cima vinha escrito, que ninguém me fazia mal, que eu venho cá pô-lo, não é só por ser Presidente de Câmara, a minha dignidade como pessoa não me permite aceitar isso, no meu concelho, mas há algum sitio no meu concelho que não vá de peito aberto, sabendo que nalgumas circunstâncias, e naquilo que se vai fazendo e efervescendo que pode ser um risco, mas desde a hora que decidi ser candidato sabia que há sempre riscos.

Aquela questão de eu mentir, e usaram muito esse termo naquele dia, e acho que

*continuam a querer usar, mas eu nunca fui convidado, pessoalmente, sozinho, para ir a Ferrel falar com os agricultores, sozinho. Sendo verdade que em janeiro estivemos aqui e que foi convidada a equipa para debater o PDM e se referiu a questão da agricultura, dou de barato, mas numa circunstância destas não interessava, no contexto que se conversou sobre o PDM, em janeiro, não havia necessidade ainda de ir para aí, devíamos ter tido calma, e sendo pertinentes as questões colocadas, nomeadamente em termos de regulamento, não era aí, nem havia preparação para isso, inclusive minha. A equipa, em janeiro, foi convidada, é verdade, em junho eu fui convidado, no contexto do PDM, e eu disse, e está transcrito e gravado, depois de setembro, portanto, repetir várias vezes que eu menti não é sério, é tentar deturpar e usar este momento para não fazer bem à democracia, na minha opinião, e não contribuir, de uma forma construtiva, para resolver um problema sério que temos em cima da mesa, e que é um problema que é sério em todos os concelhos, e onde há a multiplicidade de correntes políticas como no nosso concelho, que cria mais complicações para haver só um partido a mandar nisto tudo, obviamente que cria mais complicações.*

*Em relação à senhora Deputada Sofia Barradas, que me está a ouvir e eu aproveito também para cumprimentar, relativamente ao Parque de Campismo, há várias coisas a dizer, uma delas é que aquela solução encontrada é uma solução provisória, portanto, o anterior Vice-Presidente também conhece isso, antigamente havia um restaurante, havia vários equipamentos naquele edifício, que se foi degradando e que foi desativado, não estava a ser utilizada a arrecadação. Uma das medidas que tomei, no princípio do mandato, foi o facto de o trator e o atrelado estarem em mau estado, foi-nos feita a proposta para comprar um novo trator e outro atrelado, e depois de saber para o que era, o que era preciso era um Dumper, como tínhamos na Junta de Freguesia, e comprámos um Dumper. Entretanto, no princípio deste ano, numa das idas ao Parque de Campismo eu vi o Dumpre à chuva e estava a ficar todo ferrugento, foi uma decisão que é transitória, mas pelo menos defende o nosso equipamento. Temos estado a intervir nos equipamentos e tenho que elogiar a equipa do Parque de Campismo, que tem feito um esforço muito grande, com pouca gente, temos feito um investimento permanente, todos os anos fazemos investimentos, coisas bonitas, mas a Câmara tem um problema, é que aquele Parque de Campismo tem uma potencialidade extraordinária, precisa de investimentos na ordem dos três milhões, não os tem, nomeadamente em termos de infraestruturas, não é só de novos equipamentos, água, saneamento, eletricidade, comunicações e outras coisas mais e nos edifícios/ equipamento também precisa, portanto, nós temos alguma quantificação, um dia destes vamos ter que levar isto a reunião de Câmara, provavelmente, se não tivesse sido a Covid já tinha comunicado aos senhores Vereadores que íamos avaliar esta situação, porque pode surgiu uma proposta de gestão diferente. Os meus colegas sabem que eu tenho isto na cabeça, estamos a trabalhar numa solução, porque nós não podemos ter um equipamento daqueles, num espaço tão nobre, e não o valorizarmos e não criarmos aqui mais um espaço atrativo para o desenvolvimento do nosso concelho, mas também o bem servir de quem nos visita.*

*Em relação à questão que apresentou dos fundos comunitários, estamos atentos, acho que temos que ter perspicácia para perceber onde é que devemos apostar, eu tenha uma leitura que é fazer o diagnóstico do nosso concelho, em termos de infraestruturas que nós precisamos construir ou de melhorar. A perspetiva é diversificar muito a economia o máximo possível, por isso é que estamos a apostar com alguma aceleração no desenvolvimento da primeira unidade operativa da zona Industrial do Vale do Grou e, há uns tempos, ninguém pensava que isto era possível e nós estamos a tentar, ainda, ir atrás do prejuízo e não temos muito tempo.*

*Concordo em absoluto, já o defendi publicamente, em equipas multidisciplinares para aproveitar as oportunidades e desenvolver a estratégia, dizem que não há estratégia, mas ela existe, não temos é os técnicos que nós gostaríamos em número suficiente, porque a maior parte deles estão sobrecarregados em várias áreas, portanto, a estratégia 2020-2030 está a ser clarificada, percebe-*

se, agora, para além do que são os vetores que nos dão a oportunidade de ir buscar financiamento comunitário, também, temos que estar atentos às oportunidades de programas nacionais, e mesmo em áreas que possam não ser evidentes esses sinais, nós devemos trabalhar em termos de, pelo menos, estudo prévio ou anteprojecto, porque o projecto de execução é mais exigente, em termos de investimento, mas estou completamente de acordo com aquilo que colocou. Eu penso que o processo SmartOcean ou Parque Tecnológico é um sinal evidente e aproveito, também, para referir que o senhor professor Sérgio Leandro tem estado a fazer um trabalho muito interessante e importante nesse sentido, portanto, até percebem que eu não sou sectário, ao ponto de correr com toda a gente. Eu procuro ir à procura dos melhores e mantive o Sérgio na equipa com esse propósito e cada vez têm mais responsabilidades e penso que será o ponta de lança daquele grande projecto, que havia a ideia que nós ativamos a partir do momento conseguimos criar as condições para o fazer, mas há outras ideias que vamos falar.

Em relação àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, colocou, sobre asfaltamentos, vamos falar nisso na reunião do mapa de obras, mapa de trabalhos na sexta-feira, mas neste momento a Freguesia da Serra d'El-Rei ainda não é uma prioridade, as prioridades são, independentemente da ordem, Ferrel e Atouguia da Baleia, é isso que vai acontecer.»

**Ademar Marques (PSD):**

Disse:

«Senhor Presidente da Câmara, na última sessão, começou, em resposta à minha intervenção, por dizer que eu não o conheço, e hoje disse que ficou triste, mas eu fiquei chocado com o que o senhor Presidente escreveu na Voz do Mar, que é uma verdadeira afronta a este órgão. Hoje tentou recompor as coisas, dizendo que, afinal a Câmara também votava, mas não foi isso que escreveu para as pessoas, não, procurou sim dizer “eu nem voto, eu nem sei, eu nem faço ideia”, quem vota são os senhores Deputados Municipais e os senhores Presidentes de Junta, e o que disse em entrevista à 102 FM foi, nomeadamente nas insinuações que voltou a levantar e que também não lhe ficam bem, como eu lhe disse aqui, porque é para isso que estamos aqui, é para fazer a análise daquilo que são os seus atos, enquanto Presidente da Câmara. O senhor foi hoje aqui defendido, como controverso, como uma personalidade forte, com atacado por narrativas, que visam atingir o Presidente, que querem o seu assassinio político e de carácter, que há alianças pouco respeitadas, que há uma superioridade intelectual que o quer atacar, e vêm para aqui como virgens ofendidas, como se a Assembleia não pudesse questionar o Presidente da Câmara, nem fazer a qualificação objetiva e subjetiva das suas ações e das suas palavras. Era importante, também, que se fizesse uma reflexão sobre quem trouxe a crispação ao debate político em Peniche. É que, de facto, só aconteceu neste mandato, é verdade, e o senhor Licínio até sabe disso, porque estava cá noutra bancada, nos mandatos passados, e ainda bem que o senhor Presidente falou na campanha eleitoral e nos seus apoiantes, vá lá ver, na campanha eleitoral, senhor Presidente, qual foi a campanha que teve necessidade de atacar os outros candidatos, de faltar ao respeito aos outros candidatos, de insinuações familiares e pessoais sobre os outros candidatos, não foi o senhor Presidente, foram os seus apoiantes, há muitos registos disso e eu não vou, aqui, abrir isto, porque isso é o que o senhor Presidente quer, quer abrir crispação, foi sempre nisso que apostou, foi na crispação e, de facto, isso foi uma grande mudança em relação ao que havia antes, foi a maior mudança, foi essa a crispação, foi o senhor Presidente que a quis trazer para o debate político e isso foi muito mau, foi uma grande mudança. Mesmo assim, senhor Presidente, ninguém aqui nesta assembleia chegou, até hoje, perto das coisas que se passaram na campanha, e eu posso ser claro, posso ser duro, mas eu, pelo menos, venho aqui e digo aqui, no sítio certo, o que tenho a dizer, não preciso de perfis falsos, nem de ir para comentários no Facebook. E a sua coragem pessoal, que teve na sua vida pessoal, não contrasta com a sua cobardia política a que eu chamei à atenção naquele artigo, eu chamei à atenção para

*uma coisa concreta, para um ato concreto, é que eu acho que é uma cobardia política de não assumir as suas responsabilidades, foi isso que eu lhe disse, foi uma coisa objetiva. Quer dizer, a pesca do carapau em 1977, não é para aqui chamada, os heróis da revolução ou da luta dos sindicatos têm o seu lugar na história, mas nós não estamos aqui a discutir a história, senhor Presidente, estamos aqui a discutir a realidade de hoje em dia. Eu não estou nervoso, eu estou-lhe a falar com um tom que o senhor Presidente merece ouvir. Eu agradeço que não faça esses comentários sobre a casa das pessoas, porque está sempre com essa necessidade de mexer na vida pessoal das pessoas. Eu não tenho necessidade de vir aqui afirmar ou de me afirmar, em relação a uma realidade que se passou antes de eu nascer, eu não tenho necessidade de me transportar para outra realidade, eu não tenho coisas mal resolvidas no passado senhor Presidente, fazer comentários sobre o que teria sido se eu tivesse estado nessa situação, mostra a sua necessidade de viver num mundo de ficção.*

*Em relação a 2020, é o senhor Presidente que tem, de facto, muita dificuldade em discutir as ideias e os problemas com que é confrontado e, por isso prefere voltar a 1977, e por isso se vê na sua dificuldade em discutir ideias, quando vem sempre dizer que tem ideias, mas depois nunca as concretiza.*

*Ora bem, senhor Presidente, eu estou aqui na Assembleia Municipal, há doze anos, pode dizer que há aqui pessoas que o conhecem melhor que eu, alguns são seus companheiros de lides políticas de há muitos anos, outro até são seus familiares, mas o que eu conheço sobra para a análise que me cumpre fazer, que não implica eu conhecê-lo bem, é a análise das suas decisões, das suas propostas do seu mandato, não é a análise da sua personalidade, sobre essa eu tenho as minhas opiniões, mas não vou fazer considerações aqui, porque isso deixo para os seus apoiantes. Quando eu lhe digo que o senhor Presidente escreveu uma coisa na Voz do Mar que é um ato de cobardia política, eu estou a fazer uma análise objetiva, de um ato seu, e subjetiva também, é uma análise talvez dura, mas nós não estamos aqui a fingir que não se passa nada, quando o senhor Presidente escreve enormidades como aquela, ainda por cima, ou que são mentiras ou que são uma parte da verdade para fugir às suas responsabilidades, era disso que estávamos a falar quando estava a falar de cobardia política. Disse, ainda, ao senhor Presidente que não fazia insinuações, ora, eu começo a duvidar de uma de duas coisas, ou o senhor Presidente não sabe o que são insinuações ou tem uma dificuldade muito grande em lembrar-se do que fez no dia anterior e de o impedir de voltar a fazer no momento seguinte, ou então pior, estamos de volta à incapacidade de admitir as suas palavras e as suas responsabilidades. Eu volto a repetir o que disse na Assembleia passada, as pessoas têm interesses legítimos, esses interesses podem conflitar com aquilo que a Câmara determina como o seu objetivo e, já agora, se o senhor Presidente foi alvo de pressões, como aludiu na sua intervenção na Assembleia passada, tem a obrigação de ir ao Ministério Público denunciá-las, continuar a mandar para o ar que há interesses e pressões é apenas fazer politiquices e, além disso, é uma infantilidade. Nós somos inteiramente, senhor Presidente, pela transparência. O senhor Presidente disse que já tinha repetido muitas vezes que as coisas só deviam ter ido lá para fora quando já estivesse tudo amadurecido, a expressão é sua, nós discordamos senhor Presidente, por nós as reuniões para discutir o PDM podem ser todas públicas, todas transmitidas online, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pode estar em todas, não temos nada a esconder, assumimos as nossas posições e estamos preparados para defender o que considerarmos ser o melhor para o concelho, sem subterfúgios, sem insinuações, sem interesses debaixo da manga, às claras. Faça isso senhor Presidente e aí ficará claro para toda a gente e já ninguém pode ter dúvidas sobre quem é que está a levantar problemas, sobre quem é que quer ajudar a resolver, sobre quem está disponível para trabalhar para encontrar consensos e chegar ao objetivo que foi o nosso, desde o princípio, que foi ter um bom PDM. O que não faz sentido, senhor Presidente, é andarmos sempre a lamentarmos que as pessoas não se interessam pelos assuntos que discutimos e que, depois, finalmente, quando se interessam e se preocupam pelo assunto passa tudo a ser especialista do PDM. Não, as minhas ideias, as ideias do Partido Social Democrata podem não ser as melhores,*

*o que é importante é que nós devemos ouvir quem quer participar e que por lei pode participar a qualquer momento.*

*Volto a dizer o seguinte senhor Presidente, nós aqui, na Assembleia, definimos um método que o senhor Presidente deveria seguir na questão do PDM. Esse método era o de constituir uma comissão que podia discutir em pormenor questões concretas que estavam em aberto. Nós fizemos esta proposta há bem mais de dois anos, foi proposta em abril de 2018 e aprovada aqui em junho de 2018, e quando a fizemos o senhor Presidente até disse que o PDM já estava muito adiantados e que a proposta já era tardia, e nós não estávamos a complicar, pelo contrário, nós estamos mesmo convencidos de que este método seria benéfico e teria sido neste dois anos e vários meses benéfico no processo de elaboração, para que as coisas estivessem mais discutidas e mais consensualizadas quando chegassem à Assembleia para aprovar, o que até já deveria ter acontecido, e estamos a desperdiçar tempo.*

*Ainda bem que o senhor Presidente marcou uma reunião com os agricultores, mas a verdade é que as dúvidas subsistem, e como o senhor Presidente lá disse, até foi sobretudo para ouvir e não para responder às questões. Talvez seja, e fica aqui a sugestão, de convidar a Associação dos Agricultores a integrarem a Comissão Local de Acompanhamento, para aí poderem seguir a evolução do processo que todos queremos que chegue a bom porto. Provavelmente a Comissão de Acompanhamento, não é um trabalho muito visível, mas é certamente mais útil se permitir quebrar as dificuldades e alcançar consensos.*

*Eu peço-lhe encarecidamente que deixe de agir como se toda a gente estivesse contra si, por simples gosto, para o prejudicar, não é assim senhor Presidente, nós queremos que as coisas se façam e não as vemos acontecer e vemos o tempo a passar. Repare que nós há dois anos questionamos o modelo das unidades de execução em massa que estava a ser adotado, porque considerámos que era desadequado e que, por isso mesmo, não é usada em quase lugar nenhum do país e já podiam ter sido apresentadas alternativas e não foram. Quando diz que não percebe porque é que há tanto alvoroço com a unidade de execução do Baleal porque não há nada de diferente, ora aí está exatamente a preocupação das pessoas, é ver a chegar o fim do prazo que, aliás, já passou para a aprovação do plano e não haver nada diferente. Três anos para não haver nenhuma nova proposta é demasiado tempo, já devia estar feito, e não era agora que devia ter levado para as férias o dossier para estudar, devia tê-lo estudado no primeiro mês de mandato senhor Presidente e agora, em vez de continuar a dizer “eu herdei”, já podia dizer, “eu fiz”.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Eu estou avisado sobre o que vai acontecer no próximo ano, portanto, eu estou preparado para tudo e não é por aqui que me conseguem amedrontar, e vou explicar às pessoas, em tempo devido, aquilo que é a minha análise deste mandato todo e das dificuldades que foram criadas, que são evidências, eu sei fazê-lo, eu falo diretamente com as pessoas, não preciso estar com insinuações. O senhor Deputado Ademar Marques, que ainda por cima é jurista, que tem muita experiência que lhe é reconhecida, que é assessor do senhor Presidente Cavaco Silva, faz uma acusação que é a cobardia política, numa base que não é verdadeira, que parece que eu digo que a responsabilidade da votação do PDM é só da Assembleia Municipal, não, em última análise é, mas diz no jornal o seguinte: “O processo de revisão do PDM tem como etapas finais a discussão pública, que só pode ocorrer após a aprovação da Câmara Municipal, com a apresentação, discussão e deliberação da Assembleia Municipal, composta por vinte e cinco pessoas”. Quando se evidencia a questão das vinte e cinco pessoas não é para sacudir a água do capote. Uma grande parte da população de Peniche sabe que o Executivo Municipal são sete, mas não sabe que na Assembleia Municipal são vinte e cinco, e pode não notar que não é fácil um Presidente de Câmara, na situação que eu estou, fazer votar as minhas vontades no Executivo Municipal, até pode não perceber isso, mas quando*

*nós lhes dizemos que são vinte e cinco pessoas que têm a liberdade total para decidir sobre o PDM e ouviram toda a gente, é isso, é a evidência da democracia que não é exclusiva do Presidente de Câmara, e foi nesse contexto. Eu li coisas, eu ouvi coisas, falaram-me em comentários que parece que eu era o rei deste concelho, que fazia tudo, impunha, e isso é que não é honesto.»*

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse:

*«Gostaria de começar por comentar, muito rapidamente, a declaração do senhor Deputado Licínio Pereira, por quem tenho consideração, já falámos sobre outros assuntos, como ele sabe, também relacionados com o PDM, mas não me revejo naquilo que foi dito. Penso que não é uma forma correta de estar na Assembleia, acusando assim os colegas dessa forma, mas, cada um sabe aquilo que faz.*

*Relativamente à questão que coloca sobre processos de obra, que não existem processos da obra indeferidos, posso-lhe dar um exemplo da construção de uma moradia, no Lugar da Estrada, ainda neste mandato, em que é muito clara o porquê de o processo ser indeferido, por colidir com a revisão do PDM e, portanto, existem processos de obra que foram indeferidas, a ter em conta a revisão do PDM.*

*Relativamente a outro assunto que eu gostaria de colocar aqui, tem a ver com os documentos solicitados na última Assembleia Municipal, relativos às candidaturas ao Portugal 2020, apoios comunitários, na altura perguntei porque é que não tinham sido entregues os cronogramas desses investimentos e o ponto de situação de cada um deles, até ao momento não foram entregues, quando for possível, gostaria que fosse entregue à Assembleia Municipal, porque esta é um órgão fiscalizador da Câmara Municipal e não pode ficar impedida ao acesso de informação crucial, nas decisões que tem que tomar.*

*Eu pedi, também, durante este período de pandemia, informação aos serviços, que agradeço o envio, relativamente aos pedidos de licenciamento de esplanadas, no âmbito da Covid-19, e verifiquei que há esplanadas que não aparecem referenciadas no documento enviado. Nós andamos pela rua, vemos que há pessoas que colocaram esplanadas em lugares de estacionamento, por exemplo, e não fazem parte daquela lista, portanto, deduzo que não estão autorizadas. Queria saber se o senhor Presidente tem alguma lista, se foram identificadas estas situações, porque, de facto, não estão a cumprir os pressupostos de colocação deste tipo de esplanadas.*

*Como sabe há um ano e sete meses, eu e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, deslocámo-nos a Lisboa para reunir com a senhora Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna, da altura, para falar de duas situações, primeiro o posto da Guarda Nacional Republicana, em Atouguia da Baleia, que tinha em Orçamento de Estado quinhentos mil euros, e aguardava, da parte do Município, a entrega do processo para dar início à construção daquele posto. Até ao momento não há obra, não se prevê que comece este ano, penso eu, pelo menos não é essa a informação que temos e, também, fizemos uma proposta de implementação, no concelho de Peniche, dos contratos locais de segurança. Neste momento está tudo igual, não foi aplicada nem esta medida, nem a questão do quartel da Guarda Nacional Republicana, Peniche é um concelho com problemas sociais e, por exemplo, este contrato local de segurança poderia ser um instrumento muito importante para melhorar o ambiente social do concelho e, assim, aumentar a qualidade de vida da nossa população.*

*Relativamente à habitação social, também, já aqui falei sobre esta questão. A Câmara Municipal deve ter conhecimento disso e é visível, passando nas ruas onde estão essas habitações dos vários bairros que nós temos na cidade, há vários imóveis fechados, em vários bairros, que podem ser uma solução para famílias carenciadas e não só, para jovens que estão a iniciar a sua vida familiar pode ser um apoio ao arrendamento jovem, e seria, na minha opinião, importante, com a Segurança Social, encontrar uma solução, fazer um protocolo de transferência deste*

*património para o Município. Nós sabemos que vai haver uma transferência de competências, mas poder-se-ia iniciar esse processo, que é tão urgente e tão necessário, para antecipar essa transferência de competências.*

*Em relação ao Convento de São Bernardino, também já levantei várias vezes esta questão aqui, sugeri várias vezes que seria interessante colocar, se assim fosse entendido pela Secretaria de Estado do Turismo, esse património no programa Revive, por exemplo, ou noutra programa que possa existir, um investimento privado, que seria muito importante, servia como alavanca para aquela zona sul do concelho, em termos turísticos. Aquele património está neste momento, numa empresa pública, a Estamo, e eu pergunto, na altura fiquei com a ideia que o senhor Presidente iria averiguar esta situação, se já reuniu que a Secretaria de Estado do Turismo e mesmo com a empresa Estamo, para encontrar aqui uma solução para aquele enorme património que temos ali, obviamente, garantindo sempre o acesso da população à igreja ainda hoje é utilizada.*

*Ao longo deste mandato tivemos vários problemas com as concessões camarária, mais recentemente, não sei bem o que se passa, mas gostaria que o senhor Presidente informasse, relativamente ao Restaurante O Parque, Molhe Leste, Sportágua, em que a solução aparece sempre em maio, e, também, a Nau dos Corvos, como é que está a situação da dívida, que relatórios fez o LNEC e a informação camarária que está no edifício, neste momento, existe uma informação que diz que há obras a decorrer no edifício, para além das vistorias e dos procedimentos do LNEC. Pergunto se, de facto, estão a decorrer algumas obras, aparentemente não, mas está lá uma placa a dizer que estão a decorrer obras, portanto, gostaria de esclarecer essa situação. Aquele espaço devia ser um espaço digno, é uma montra do nosso concelho, é hoje um local abandonado e triste de se visitar.*

*Vou falar de um assunto que a senhora Deputada Sofia Barradas também falou, e bem, que é a questão do plano de recuperação e resiliência que o Governo irá apresentar à Comissão Europeia na próxima semana e, também, do novo quadro comunitário 20-30. Como a senhora Deputada Sofia Barradas disse, é preciso planear, definir prioridades e eu fiquei preocupado com a intervenção do senhor Presidente sobre este ponto. Percebi que existe uma estratégia, mas o senhor Presidente não disse qual era a estratégia e é preciso definir, de facto, essa estratégia. Pergunto que planeamento está a ser feito e o que é que é identificado como prioritário, porque, de facto, não podemos fazer erros como se fez relativamente, dando aqui um exemplo, a Segunda Fase do Fosso das Muralhas, em que todas as intervenções que iriam ser necessário fazer naquele espaço, não vão ser possíveis fazer, porque não existem as quantias monetárias. Por exemplo, o Forte das Cabanas fica de fora, e devia estar englobado nessa obra, mas atenção, aí não é só deste mandato, é do mandato anterior, e, portanto, são infraestruturas que são necessárias e que não vão ser, obviamente, tidas em conta, porque não existe verba suficiente. Gostaria de saber quais são os investimentos prioritários, não só de obras, há outros investimentos que são necessários, sociais, de educação, etc, e qual é a estratégia que está a pensar implementar, relativamente a isto, porque isto vai ser tudo muito rápido e é muito dinheiro que vem aí, e é preciso aplica-lo da forma mais correta possível.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Admito que a parte da intervenção do senhor Deputado Ademar Marques é muito política, é muito politizada e trabalhada nesse sentido. A questão de colidir com o PDM, isto é grave, e se há temos que saber qual é o número do projeto, há um erro, temos que assumir e, provavelmente, até temos que corrigir, se é porque vai colidir com a revisão do PDM, isto não pode acontecer questão pode acontecer.*

*Em relação ao cronograma das candidaturas aos fundos comunitários, ele está sempre em atualização, mas nós vamos fornecer. Edifício da Central Elétrica, estamos há espera da decisão do*

*Tribunal de Contas, Fosso das Muralhas, estamos à espera da consignação da obra para depois ir para o Tribunal de Contas devido ao valor, sistema dunar da baía Norte, está num processo, arriba do Porto Areia Sul está, com certeza, em fase de avaliação, na parte final.*

*Em relação à lista das esplanadas, não a tenho. Eu propus, para ser mais rápido, até em relação à Covid, que ultrapassássemos um conjunto de procedimentos que são habituais, até em função daquilo que o Executivo decidiu, não cobrar durante este ano o espaço, e abrir, até por causa da Covid, para as pessoas poderem utilizar os espaços exteriores. Se há alguma questão em concreto, coloquem-nos a questão, porque pode haver algum abuso.*

*Em relação à senhora Secretária de Estado da Administração Pública, vamos dar essa informação, até porque ela existe. A questão do loteamento da Guarda Nacional Republicana é um processo muito complicado. Havia uma decisão, depois pôs-se, e bem, o meio milhão, em termos de Orçamento de Estado, fiquei satisfeito quando o senhor Deputado Ângelo Marques me transmitiu a notícia, mas depois é preciso fazer um processo, que é negocial, com a outra parte e os procedimentos daquilo tudo, com a mesma pessoa que está no Setor de Concurso, de empreitadas e de loteamentos.*

*Contratos locais de segurança, é verdade, falta conseguirmos concretizar, estávamos muito virados para um aspeto em concreto, temos estado a trabalhar nesse sentido, que, inclusive, já partilhámos com os senhores Vereadores, que também tem a ver com isto, a estratégia local de habitação, que não é só habitação social. Já falei, internamente, com quem podia agarrar isto, mas nós estamos com muitos dossiers ao mesmo tempo e ainda não chegamos lá, e há que assumir.*

*Casas fechadas, há descentralização de competências que foram rápidas e aí tenho que elogiar o processo da Docapesca, que foi aquele que provavelmente foi mais eficiente, da habitação não conseguimos que indiquem o nome que falta da Secretaria de Estado da Habitação e sem aquilo não funciona a Comissão. Nós temos a nossa estratégia, ela está mais ou menos definida naquele diploma: Bairro de Santa Maria (Bairro da Caixa), Bairro dos Pescadores e Bairro da Prageira. Há casas da nossa responsabilidade que já devíamos ter intervindo, algumas delas estavam incluídas numa candidatura. As casas do Bairro do Calvário, mesmo recuperadas, tirando um caso ou outro, como o senhor Primeiro Ministro diz, são casas indignas, mesmo depois de recuperadas, e se quiserem vamos visitá-las, e continuam a dar problemas. Pessoalmente, eu acho um erro continuarmos a recuperar as casas do Bairro do Calvário, e já acho isso há muito tempo, desde o Prohabita, agora temos o Primeiro Direito vamos ver se conseguimos, agora, há uma grande necessidade de investimento e há que definir.*

*Convento de São Bernardino, falámos com a Estamos, é verdade que eles tinham um objetivo e, aí é verdade, o PDM não deixava fazer aquilo que eles queriam, estamos a estudar a hipótese de podermos ajudar àquele investimento, porque ou há alguém que vai investir, porque não é o executivo municipal, nem ninguém no concelho, que tem capacidade financeira para fazer um investimento daqueles, e é uma pena, porque aquilo merece.*

*Concessões camarárias, herdámos todas. O Restaurante o Parque, está na componente jurídica, está num jurista externo para fazer a sua informação. A Câmara Municipal já decidiu, mas estamos a fazer essa avaliação. Nau dos Corvos, até a mim me irrita. Podíamos ter contratado uma empresa particular, mas não era a mesma coisa. Apostámos há dois anos e tenho agora a promessa que, brevemente, chega o último relatório, a última parte foi contratar a avaliação do edifício, por dentro, com furações. Espero que, na parte final, aquilo corra bem, seria para mim uma grande desilusão que nós não ficássemos com edifício, tendo consciência que temos ali um investimento na ordem dos cento e cinquenta ou duzentos mil euros, mas temos que fazer, aquilo é demasiado importante para o nosso concelho e acho que estamos todos de acordo, portanto, vamos ver como é vamos fazer isso. Molhe Leste, Taskareia, já esteve para ser concessionado, alterámos as condições e espero que em breve alguém pegue naquele processo, não para ganhar dinheiro, mas*

para desenvolver. O Sportágua estamos a aguentar, porque tem muito a ver com o Parque Municipal de Campismo, a visão é essa, queríamos ver uma decisão integrada.

A estratégia, eu acho que todos temos estratégia, não vou contar uma história que é interessante para mim, porque foi uma conversa de quatro horas com uma pessoa, que eu tive a necessidade de fazer, e era a estratégia. A nossa obrigação é olhar para as oportunidades que é o quadro comunitário e trabalhar em função dessas oportunidades. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, há pouco riu-se, quando o senhor Deputado Henrique Estrelinha falou na questão do Fosso, e é para rir, porque nós temos um milhão e meio de euros, o processo estava mal tratada, perdemos muito tempo e não o tratámos como deve ser, quando entrámos havia a decisão do Júri para o Gabinete Jurídico, e não digo mais sobre isso, mas quando começámos a trabalhar naquilo, todos fizeram o melhor, foi muito exigente e muito esgotante, mesmo para o Executivo, não foi só para mim, porque é um bocadinho a incapacidade de não conseguirmos fazer aquilo que todos desejávamos, que era uma coisa diferente. Qual é o problema, e não estou a falar no Forte das Cabanas, aquela malha toda, diria que tem um milhão e meio de euros, o gabinete dizia que deviam ser seis ou sete milhões de euros. Há muito dinheiro, mas não chega, portanto, a nossa componente financeira para a empreitada da Central Elétrica, é um exagero, não é 15%, é muito mais, ali fomos até onde podemos, mas fizemos um bocadinho mais, fizemos o projeto de execução, era o dinheiro que havia, foi uma decisão tomada com o envolvimento do Executivo Municipal, porque o dinheiro não dava, seccionámos toda a zona, desde a eclusa até aos portões de Peniche de Cima e a conclusão a que chegaram foi que só dava para isto, vamos fazer a requalificação da rua, abrimos a rua e fazemos o cantinho lá em cima, mas fazemos outra coisa, trabalhamos já o estudo prévio ou anteprojecto que está preparado e se houver alguma oportunidade, provavelmente em trinta dias ou quarenta dias ou dois meses, conseguimos fazer o projeto de execução, portanto, está ali uma oportunidade, como outros. O Morraçal da Ajuda, chegámos à conclusão que o investimento era insuficiente, só 22%, para, vamos aguardar que possa ser 85%, e esta estratégia é importante. Outra área que não havia e que nós entendemos fazer, temos o estudo prévio do possível edifício dos Paços do Concelho, um edifício que permite encaixar a trabalhar os técnicos e os trabalhadores Administrativos, da Câmara e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e como está feito o programa e o estudo prévio dá para ajustar, depois é lançar o concurso, eu acho que a meta é termos o máximo de projetos, de estudos prévios e anteprojetos feitos para poder trabalhar.»

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse:

«Falta responder a uma questão, a dívida da Nau dos Corvos e o que foi feito, durante este tempo, cerca de um ano e meio, relativamente ao Posto da Guarda Nacional Republicana.»

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

«O cronograma do loteamento da Guarda Nacional Republicana nós vamos partilhar, porque ele existe. Provavelmente, houve um momento ou outro que perdemos algum tempo, porque as pessoas são as mesmas, são dois engenheiros que tratam de outros processos e de outros mapas.

A dívida da Nau dos Corvos eu não quero falar muito disso, mas posso dizer que estivemos, na semana passada, reunidos com a outra parte e com os nossos técnicos, para fazer a avaliação. Vai ser feito um relatório, sobretudo, porque são questões que têm muitos anos, não é para me desculpar, mas não é deste mandato, a situação mais complicada, que vem de trás, vamos ter que fazer a avaliação. Eu não vou dizer o que disse na reunião para não ser indelicado, mas face àquilo que for essa análise, entre as partes, eu tenho a minha opinião, e o que a Câmara Municipal decidir, que eu acho que é uma evidência, a Câmara Municipal e as partes têm que resolver o

*assunto, mas eu acho que não devemos estar demasiado preocupados com isso, é uma circunstância que tem que ser analisada, provavelmente alguns factos não são de fácil análise. O que é que ocorreu durante este mandato, conseguimos recuperar 50% da dívida, na condição de darmos mais uns meses de arrendamento e depois criámos expectativas que as pessoas iam lá ficar, mas a prioridade é decidir o que fazer com aquele edifício, se tiver solidez suficiente para ser recuperado, temos que o recuperar, a partir daí, no próximo mandato, alguém vai ter que decidir, se eu cá estiver sei qual será a minha opinião.»*

**Ângelo Marques (PS):**

Disse:

*«Boa noite senhor Presidente, cumprimentar os senhores Deputados Municipais, obviamente, o senhor Presidente de Câmara e o Executivo Camarário e o público que assiste em casa. Eu, de facto, não era para fazer mais intervenção nesta segunda sessão da reunião da Assembleia Municipal, relativamente ao PDM, mas depois de ouvir a declaração do senhor Deputado Licínio Pereira, e comecei logo por concordar, de início, quando ele admitiu que o processo foi mal gerido, aí fiquei satisfeito, pensei, bem, tem aqui uma assunção de uma má gestão por parte do senhor Presidente neste processo do PDM, aliás, pouco a pouco, o senhor Presidente vai deixando sair algumas expressões de admissão, dessa má gestão do PDM. Senhor Deputado Licínio Pereira o PDM não tem a ver com personalidade, nem o carácter do senhor Presidente, nem tem a ver com má-fé, como já afirmei e reitero, não, isso não é o PDM, muito menos assassinato político, não, eu vou-lhe dizer o que é que tem o PDM, na minha opinião. O PDM tem a ver com a gestão territorial, que pode marcar o nosso concelho durante muitos anos, e tem a ver também com uma coisa, perceber qual é a ideia que o senhor Presidente de Câmara tem sobre o PDM, nas áreas culturais, sociais, económicas e ambientais, isto é que é discussão. Da minha parte nunca vai ouvir aqui ataques pessoais, de carácter e comparar personalidades, não, isto não é o território de uma Assembleia Municipal e de uma discussão séria. Eu não entro por aí, isso está fora de questão, nem me levam para esse registo, mas queria dizer-lhe que o PDM é isto. Dizer, também, uma coisa, o senhor Presidente mencionou que a Câmara Municipal trabalhou horas e horas na discussão do PDM, então trabalhando horas e horas, não foi possível atalhar caminho na questão da proposta de regulamento, que saiu a público, que os agricultores tiveram acesso, em que bastava informar a equipa técnica para não despenderem tempo nem energia numa questão que, obviamente, não vai ser aceite por ninguém, então essas horas e horas não deram para chegar a um consenso, relativamente à questão da agricultura, e informarem a equipa técnica, não vão por esse caminho, ninguém vai aceitar isso, era isso que devia ter sido feito, não tem nada a ver nem com carácter, nem com personalidade, nem com assassinato político, tem a ver com uma discussão séria das coisas, é isto que tem a ver, são factos, são questões, nada de personalidade, nem de carácter e muito menos de assassinato político.*

*Há outra questão, o senhor Presidente falou que havia uma fase de discussão pública, que depois as pessoas podem emitir opinião e dar contributos. Eu vou ler a Lei, relativamente à revisão do PDM: “A Lei determina que todos os cidadãos, bem como as Associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais, têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Essa participação engloba a possibilidade de elaboração de sugestões e pedidos de esclarecimento na primeira fase ou participação preventiva e ao longo dos procedimentos de elaboração, de revisão, de execução e de avaliação...bem como a intervenção na fase de discussão pública, que procede, obrigatoriamente, à aprovação.” portanto, os cidadãos e as entidades que neste momento manifestam e dão contributos, só estão a fazer uma coisa, é fazer aquilo que a Lei lhes permite fazer.*

*Relativamente ao início do novo ano letivo, quero acreditar que muitas destas questões já foram resolvidas, houve uma demora na colocação de Assistente Operacionais, obviamente, que*

*estas questões, com a Covid-19, que não pode ser desculpa para tudo, nem no Município de Peniche, nem em Portugal, nem na Europa, nem no Mundo, nalguns casos, pode ter surtido um efeito negativo. Quero solicitar, sobretudo, uma melhor articulação da Câmara Municipal com os planos de segurança dos Agrupamentos de Escolas, porque foi-me referenciado que, relativamente a circuitos e paragens dos transportes escolares, nomeadamente a implementação de uma paragem para entrada dos alunos e outra paragem noutra portão da escola para deixar os alunos, era importante efetivar, se ainda não está, acredito que a esta data já possa estar, para evitar aglomeração nesses circuitos. Também, sinalizar lacunas na calendarização e no planeamento de obras, que conduziu a trabalhos acabados à pressa, porque isso foi-me transmitido, o bom foi terem acabado os trabalhos, mas sei que foi acabado, numa escola do 1.º ciclo, do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, uma obra já a horas tardias e de manhã, os alunos já estavam nessa sala. Tenho aqui uma questão um pouco mais preocupante. Apesar de termos bons informáticos e a Câmara Municipal dispõe de bons informado, mas será necessário contratar mais alguns, admito que seja necessário, face ao volume de trabalho, mas era necessário investir no parque informático e, sobretudo, na instalação de software, para, por vezes, não faltar nos computadores alguns programas, nomeadamente, o Office que tem, como todos sabem, o Word e o Powerpoint. Pergunto se algumas destas questões já estão resolvidas, se não estivessem pedia aqui um empenho na resolução de algumas destas questões.*

*Para terminar trago um problema que tem a ver com a limpeza e higienização do nosso concelho, isto é um assunto recorrente, que não é só deste mandato, e há de ser do próximo mandato da próxima Câmara Municipal, não tenho dúvidas disso, mas o que é certo é que foi um problema sinalizado por todas as forças políticas, nas Autárquicas de 2017, e embora reconheça aqui o esforço que o município fez, ainda que muito deficitário, e, sobretudo, tardio, porque devia ter sido iniciado mais cedo na sensibilização dos nossos munícipes. Entendo que simultaneamente às ações de sensibilização, temos que apostar, sobretudo, na fiscalização e penalizar os infratores responsáveis, porque também é uma forma de sensibilizar por comportamentos que colocam em causa o trabalho de muitos. Na outra sessão da Assembleia, tivemos uma Deputada da Bancada da Coligação Democrática Unitária que fez uma proposta relativamente aos funcionários e, de facto, o esforço deles é, por vezes, inglório, porque as pessoas têm que ser penalizadas por questões de arremesso de lixo para a via pública.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse:

*«Primeiro, eu acho que sobre o PDM já todos percebemos que foi mal tratado, não vale a pena estar com histórias, acho que é perder tempo, acho que houve avanços e houve recuos e uma coisa que eu coloquei na Assembleia Municipal de junho, que vale a pena a lembrar, eu disse que nós tínhamos um problema e esse problema passava pela equipa técnica e disse que reconhecia grande capacidade técnica ao Engenheiro Jorge Carvalho, e reafirmo isso, sublinho, mas que ele é de uma teimosia elevada ao quadrado, e aquela grande manifestação que nós tivemos aqui, há dez dias, só aconteceu porque a teimosia não parou, não senhor Presidente, porque era possível, a tempo e horas, conversar sobre aquele assunto e não foi feita a conversa, e eu acho que podia ter sido. Recordo-me que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel mandou uma carta dirigida às Juntas de Freguesia da Serra d'El-Rei e de Atouguia da Baleia para discutir o assunto e eu respondi, nós reunimos, e no final da reunião, aliás, nós tornámos público o essencial, não fizemos um documento escrito, mas fizemos um comentário, cada um de nós muito breve, sobre a reunião, portanto, da minha parte não alimentei polémica nenhuma, disse que, ou as coisas eram bem tratadas, o voto seria num sentido, ou não havia inclusão das nossas propostas, o voto seria outro. Entendo que a proposta de regulamento, que as pessoas tiveram acesso, contém aspetos que deixa qualquer pessoa preocupada, da zona de Ferrel, de uma parte de Atouguia da Baleia e de uma parte*

da Serra d'El-Rei, e eu também já fui confrontado porque é que nós não viemos para Peniche com Ferrel, de agricultores que me perguntaram porquê, e eu disse que aquela tinha sido uma iniciativa que tinha sido decidida numa iniciativa pública em Ferrel e que nós, eu pessoalmente, achava que tinha condições de colocar a questão na Assembleia e na reunião, quando o assunto for discutido, e é assim que farei. Em suma, dizer o seguinte, a questão do PDM merece não só, obviamente, estas preocupações que estão aqui a ser lançadas, mas, acima de tudo, encontrar soluções para dar respostas aos problemas. Eu chamo à atenção dos membros da Câmara, que quem vai aprovar o PDM somos nós, e que o PDM pode ser quase todos chumbado, se não estiver bem, não há dúvidas sobre isso, porque nós vamos votar ponto a ponto, e depois vamos votar o global, é assim que se faz a votação do PDM. Eu pessoalmente já tive a oportunidade de votar no único PDM que existe.

Queria também dizer, que me preocupa muito, e gostaria que o senhor Presidente registasse, que tem a ver com os transportes públicos. Neste momento, a Covid dá para tudo, como já foi dito aqui pelo senhor Deputado Ângelo Marques, e uma das coisas que dá é para não haver transportes entre Peniche e Caldas da Rainha ao fim de semana. Então a empresa em causa não tem que prestar serviço público, não está obrigada ao serviço público, não tem de garantir o mínimo de transportes, quem controla isto. Eu, senhor Presidente da Câmara, coloco aqui a questão, porque na relação que existe entre a Câmara e a empresa este assunto tem que ser debatido, e espero que na próxima Assembleia venha uma informação das conclusões dessa reunião e das medidas que foram tomadas, porque é inacreditável uma pessoa querer deslocar-se da Serra d'El-Rei para Peniche ou para Caldas da Rainha e não tem transportes públicos, e isto nunca aconteceu.

O senhor Presidente já disse, várias vezes, em vários momentos, em várias reuniões, em vários fóruns, da apetência para alguns Presidentes de Junta de Freguesia por obras, eu não tenho, nem temo nada com nenhum Presidente de Junta, aliás, eu digo sempre que o único que eu era capaz de temer era o senhor Presidente da Câmara se fosse Presidente de Junta, que eu reconheço, e sabe que é essa a minha opinião, que trabalhava e fazia várias obras, aliás, às vezes até cria as obras todas só para si, mas deixe-me dizer que sem apoio dos Serviços Administrativos da Câmara, nem dos Serviços Municipais, ou seja, do operariado desta Câmara, nós tratámos da rotunda do aterro, nós tratámos do cruzamento do Béltico, nós, com o apoio da Câmara, nomeadamente em termos de projeto e quinze mil euros, fizemos o Mercado da freguesia, que o senhor Presidente esteve lá e ainda não disse nada sobre isso, mas também lhe ficava bem valorizar a obra, fizemos os espaços verdes todos do cemitério, que é o cemitério do concelho que tem mais verde lá dentro, isso significa custo, significa trabalho, significa manutenção que é pago, apenas, pela Junta de Freguesia, mas podia-lhe falar nos pórticos que nós fizemos, que estão lá, e quando se chega a Peniche, obviamente, há uma boa imagem do nosso concelho, investimento da Junta de Freguesia, dois e vamos a caminho do terceiro. A ciclovia, o senhor Presidente vai receber na Câmara, até porque nós gostamos de fazer as obras e gostamos de as licenciar, a proposta com o levantamento topográfico, com projeto com o acordo das pessoas que cederam os terrenos, aliás, faz parte deste documento que está aqui, de um lado e de outro, que nós apresentámos no início do mandato sobre o conjunto global de intervenções da nossa freguesia, obviamente que temos honra na aposta que fazemos na cultura e que valoriza muito, penso eu, a história da identidade da nossa terra, mas do nosso concelho. O Espaço do Cidadão que, hoje, chegou aos quinhentos e dois atendimentos e, como sabe, é uma iniciativa nossa, que teve, também, o envolvimento de técnicos locais da Câmara Municipal, e queria-lhe dizer que demos mostras de muito trabalho realizado, no âmbito da Covid, seja no plano da limpeza, da higiene, da salubridade, do apoio social e no apoio às pessoas idosas que não se podem deslocar a alguns locais e que são ajudadas para isso pela Junta de Freguesia. Mais ainda, fomos a única freguesia deste concelho que nunca fechámos as nossas instalações, nunca, e os nossos trabalhadores trabalharam sempre em momento difícil de Covid, sempre, nunca foram para casa.

*Por último, queria falar sobre a questão dos alcatroamentos e dizer ao senhor Presidente que deve considerar aquilo que disse, e eu vou dizer porquê, e se eu estiver errado diga. Estradas principais que nós fizemos, quando estávamos na Câmara, e o senhor Presidente lembra-se disso, certamente: estrada Coimbra - Reinaldes, estrada Baleal - Ferrel, estrada do Botado até à Consolação, estrada de Geraldês - São Bernardino, estrada São Bernardino - Alto do Veríssimo, estrada Alto do Veríssimo, Bufarda, Ribafria, Paço, Carqueja e Carnide, e não é pelos votos, salvo erro na Carqueja viviam dezassete pessoas. Em Ferrel, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de então, ficou todo feliz, porque todo aquele núcleo interior, Rua das Flores, Rua das Rosas, Rua dos Malmequeres, Rua 25 de Abril, troço da estrada entre Ferrel e o Baleal, mas eu queria ler o senhor Presidente o que é que os Presidentes da Junta diziam sobre o nosso trabalho, ao nível de alcatroamentos, e vai apanhar umas surpresas. Dizia na rádio 102 FM, no dia 15 de outubro de 2015, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia: "O Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, congratulou-se pelos alcatroamentos que foram feitos na sua freguesia, na última reunião da Assembleia Municipal. O Jorge Amador, Vice-Presidente, disse que as intervenções não foram feitas à revelia de qualquer Junta. Henrique Bertino, Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, disse que os colegas de Atouguia da Baleia e Ferrel deveriam era agradecer à Câmara Municipal. O Vice-Presidente referiu um rol de ruas onde foram feitas intervenções, segundo o mesmo, todas elas com o conhecimento da Junta de Freguesia. Isto é para dizer o quê. O senhor Presidente deixou-me uma dúvida, é que eu tinha pensado ir à reunião do mapa de obras, se o senhor Presidente não reconsiderar, eu garanto-lhe uma coisa, até final de mandato não participarei em nenhuma, porque acho inacreditável, acho que é a primeira vez que isto acontece no concelho, que uma freguesia não tenha um centímetro de alcatrão em três anos de mandato. Eu posso-lhe dizer três ruas que precisam de alcatrão na minha freguesia, e eu respeito o plano que está em curso, mas o senhor Presidente não me diga que a minha freguesia, só porque está perto de Óbidos, não tem direito a ter alcatrão, como a Atouguia da Baleia, Ferrel ou a cidade de Peniche. Relativamente aos alcatroamentos, até porque eu teria todo o gosto porque ia conhecer, finalmente, o novo Arquiteto das Obras Municipais e, obviamente, iria à reunião, se o senhor Presidente disser que a minha freguesia, como disse, que não será a prioridade, terei muito gosto em transmitir-lhe que não consigo ir à reunião em defesa dos interesses na minha freguesia.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse:

*«Mais uma vez boa noite a todos, espero ter o tempo necessário para responder a estas questões. Realmente já se percebeu que o Doutor Rui Vargas já começou a trabalhar, houve aqui questões que o Presidente respondeu pela segunda vez, agora, naturalmente, com outro cunho. Começar por dizer que estou de acordo com o Deputado Ademar Marques, portanto, o Presidente tem feito muita crispação e a seguir à crispação é a vitimização, porque estão todos aqui para prejudicá-lo, e já se percebeu que não é único, depois é esta postura que acabou de ter, que teve com o senhor Deputado Ademar Marques, com o senhor Deputado Henrique Estrelinha e agora, também, com o Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei. O senhor é Presidente da Câmara, aqui na Assembleia quem tem que gerir é o Presidente da Assembleia, mas também lhe fica mal fazer essa gincana, porque quando nós estamos a falar começa a responder pelo meio, e parece que é o primeiro Presidente da história da democracia que governa sem maioria absoluta, é que já houve muitos, e esses também trabalharam.*

*Relativamente à obra de ordenamento do centro de Ferrel, já ouvimos dizer que era a Câmara que ia fazer, estamos a ouvir isso desde 2018, a questão aqui é quando, e o que o senhor Presidente disse numa reunião, e posso admitir que não queria dizê-lo no sentido depreciativo, que*

*a Junta de Freguesia não consegue fazer aquela obra, mas se quiser, é uma questão de nos dar o material, nós mostramos-lhe se conseguimos fazer ou não.*

*Relativamente à questão da Agência Portuguesa do Ambiente, dizer-lhe que a Câmara mandou o parecer à Agência Portuguesa do Ambiente no dia 21 de maio de 2020, para a obra de ordenamento do Baleal. Desde o início do mandato que nós pedimos esta obra, o projeto tinha sido iniciado no mandato anterior, já havia tempo, antes do dia 21 de maio deste ano, que foi há meia dúzia de meses, para se ter mandado isto, portanto, Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei já percebeu que Ferrel não é prioridade, porque se não fosse quando a Junta de Freguesia pediu, pelo menos quando esteve a Comissão de Festas de Santo Estevão, nesta Assembleia, no ano passado, e o parecer só seguiu em maio deste ano. Por acaso já vi o parecer, porque a Agência Portuguesa do Ambiente responde-me mais depressa do que a Câmara.*

*Não me respondeu à questão do Waveroller, que já coloquei há um ano e nove meses, não sei como é que está.*

*A questão do óleo alimentar, que já coloquei há um ano e seis meses. Ontem houve uma notícia na SIC que dizia que um litro de óleo alimentar nos esgotos, podem poluir um milhão de litros de água ou lançado na água, portanto, é muito mal, e a questão dos pontos de recolha devia ser vista.*

*Também, há um ano e três meses, coloquei a questão dos cabos na via pública, sobre aquela aproximação que se devia fazer à Anacom com as Juntas de Freguesia, para se tentar resolver esse assunto. Na altura, o senhor Deputado Licínio Pereira, mais tarde, ligou-me para ajudar a tratar deste assunto, portanto, não foi só desta vez, com o PDM, que esteve atento às minhas intervenções, e na altura até falei da Câmara de Rio Maior.*

*Relativamente a esta obra do cemitério, por isso é que eu digo que o senhor Presidente respondeu em dois momentos, porque na Assembleia Municipal, do dia 25, disse que nós já devíamos ter recebido um ofício, para lá ir no dia 28, que era na segunda-feira. Nós realmente recebemos o ofício, mas foi no dia 29. Se era para lá ir no dia 28, o ofício devia ter sido mandado mais cedo, ou então telefonavam ou mandavam por email.*

*Relativamente às outras questões, fiquei esclarecido.*

*Nós fizemos um pedido da relação do IMI, por freguesia, a bancada, na minha pessoa, também há um ano e ainda não foi enviado.*

*Relativamente aos asfaltamentos, eu não digo que o que o senhor Presidente disse, em termos da razão, seja mentira, aquilo que o senhor Arquiteto me transmitiu por telefone no dia 20 de agosto, foi que, por ordens superiores iriam asfaltar noutro lado, não me disse nada que estava estragado, no dia 24 de agosto apareceram lá os funcionários da Câmara para trazer as máquinas que eram necessárias, e foi isto que me foi transmitido e eu, por acaso, no dia 21 de agosto, no dia seguinte, referi, numa publicação que fiz, que estive em outros lados e soube que o Presidente tinha andado por lá, um dos lados é aquele que a Câmara Municipal vai alcatroar para a semana, na Bufarda. Depois, dizer que esta questão de realmente Ferrel ser uma prioridade, só pode ser uma brincadeira, uma ilusão. Eu vou à reunião de mapa de obras, mas recordo aquilo que o senhor Presidente disse, aqui em Assembleia, quando eu pedi reuniões, porque nós tínhamos uma reunião mensal, no mandato passado, esta reunião de outubro vai ser a primeira de 2020, e quando eu colocava esta questão, se o senhor Presidente se lembra o que é que me respondeu, foi que: "se quiserem reunir, teremos que reunir, mas é para vocês saberem que não levam nada", foram estas palavras que eu já reconfirmem e até lhe posso mandar. Agora, realmente deixei de vir sozinho à Câmara, não porque tenha problemas, porque ainda hoje de manhã andei sozinho por Peniche, mas à Câmara, fazer reuniões, realmente prefiro ter mais alguém a ouvir, porque não são feitas atas e depois nunca se sabe das coisas. Eu falei, efetivamente, com o Presidente, sozinho, sobre o PDM, mas estávamos sozinhos e, portanto, não vale a pena dizer mais nada sobre isso.*

*Relativamente àquela questão que eu falei dos objetivos eleitorais, foi porque, enquanto nós reunimos com a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, até foi um motivo de brincadeira, porque era o Pedro e Jorge Amador, o que é muito mau e muito feio, estiveram na reunião mais de dez pessoas, estiveram elementos do Executivo de ambas as Juntas, estivemos a discutir entre instituições e fizemo-lo porque na reunião pública, no dia 14 de agosto, as pessoas disseram isso: "você deviam conversar com as Juntas Rurais para analisarem os pontos de convergência que possam ter", e estivemos com as duas, portanto, penso que não estou a quebrar nenhuma confiança se disser que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia disse que, efetivamente, devíamos ter reunido mais cedo, e só quando saiu aquele comunicado, em que reunimos com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e só quando o Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia lhe telefonou é que pensaram, realmente olhar para o assunto, e fazer aquele comunicado para reunir em Atouguia da Baleia, que eu acho positivo, sobre o que se passou na reunião é outra coisa, agora, acho positivo a iniciativa de se ir reunir com os agricultores, e isso também não tenho problemas em dizer, porque o que é, é, e só peca por tardio e é sempre uma boa iniciativa, descer e ir lá abaixo falar com a população.*

*Relativamente a estas considerações que foram feitas das obras e da apetência, estamos disponíveis para pôr à prova a nossa equipa com qualquer outra, tenho dúvidas como já disse, que a própria Câmara tenha tantas capacidades como a nossa, mas isso é só uma opinião, que é legítimo, não estou a depreciar ninguém. Nós não começámos a fazer obras mais cedo, e eu já disse isto em reunião com o Presidente da Câmara, não sei se disse em Assembleia Municipal, mas vou dizer. Nós no dia 16 de março fizemos um pedido de seis alinhamentos de passeios pedonais, até hoje não foram respondidos. Nesse pedido chegámos a colocar no ofício que se os projetos já existissem, por favor, mandem-nos, isto no dia 16 de março de 2018, foi no início do mandato, entretanto, vamos dando a volta aos arquivos e fui lá dar com um projeto dos que eu pedi, portanto, nem responderam, nem fizeram os novos, nem nos mandaram os que já tinham. Depois, relativamente aos contratos de obra, nós começámos a achar estranho como é que havia tantos alinhamentos para a Atouguia da Baleia, e depois é fomos perceber o que eram, realmente, os contratos de obra, mas não tivemos hipótese de ter uma reunião na Câmara a dizer assim, querem fazer contratos de obra, este é que é o procedimento, não, só depois de nós acharmos estranho e perguntarmos é que o Presidente nos disse, o contrato de obra é feito desta forma, vocês perdem, o passeio dá para fazer ou a intervenção dá para fazer e nós cedemos o material, por isso é que a Atouguia da Baleia começou mais cedo, teve a informação primeiro que nós, e isto é verdade, não venha com coisas. Nós já começamos a fazer contratos de obra, aproveito para dizer que nas últimas reuniões de Câmara foram contratos de obra da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia à Câmara, que foram enviados depois de nós enviarmos alguns, que ainda não foram à reunião de Câmara, e posso dizer quais são.*

*Convém esclarecer quem referiu pela calada da noite foram vocês, expliquem o que estavam a dizer, clarifiquem, assim eu também clarifico. Clarifique, também, aquilo que, se leu o final da intervenção, eu no dia 25 perguntei, quais é que são os interesses, a que é que se refere, a quem é que se refere e ao que é que se refere, já que leu, diga lá quais os nomes, aonde, quais são os interesses e as pressões, que é para a gente poder ser claros. Em termos de renovação da equipa, o senhor Presidente já referiu, mas eu não concordo com a questão de que não dá para fazer um PDM com outra equipa, o trabalho que esta equipa produziu tem que estar na Câmara Municipal, e se esta tiver o trabalho, que esta equipa produziu, apesar de ser um trabalho com o qual nós não concordamos, é trabalho, e a partir desse trabalho, pode-se partir para o restante e o restante leva quatro meses uma equipa a fazer, não precisa de quatro meses, mas no máximo leva quatro meses, se tem até junho, ainda está em condições de trocar a equipa, não tenho reservas nenhuma. Já fiz todas as informações sobre isto, em quatro meses, com aquilo que está feito, uma equipa resolvia o PDM, esta ou outra qualquer. Sem dizer o que esta equipa é, porque não os conheço, eles são competentes, mas o que eles estão a propor não é o melhor para Peniche, é aquilo que eu acho para*

o concelho e, nomeadamente, para a freguesia. Depois a questão que me ocorre dizer é que o senhor Presidente se contradiz várias vezes, ainda há pouco na sua intervenção disse que os ofícios que foram para a Junta de Freguesia são técnicos, não são políticos e a seguir diz que nos ofícios não refere o número de pisos, porque um Presidente não pode dizer isso, mas foi é técnica, é política, foi o senhor Presidente ou foi o técnico que fez o ofício, numa parte do ofício é técnico, mas a seguir, no número de pisos, um Presidente não pode dizer o número de pisos. Isto contradiz-se numa frase e na unidade de execução a mesma coisa e o senhor Deputado Ademar Marques referiu o mesmo, não existe nada, não há projeto nenhum, mas isso é a mesma coisa que estava prevista em dois mil e dezasseis, nós sabíamos o que estava previsto. Em dois mil e dezasseis era esse processo que havia e é o que está a confrontar isto tudo, porque é assim, o senhor Presidente disse-o, e lembra-se bem o tom em que o disse, porque o senhor Presidente fala do tom dos outros que parece que estamos a ameaça-lo, mas esquece-se do tom que o senhor Presidente fala muitas vezes e o senhor disse-o na reunião, assim que tocámos no assunto da unidade de execução mandou um grito, alto e para o baile, não há projeto, certo. A unidade de execução não tem projeto, a seguir tinha recebido investidores e depois mais grave foi aquilo que nos disse, logicamente que eu sei mais do que vos estou a dizer, eu já sei isto de cor, isto ficou ponto, éramos sete ou oito, portanto, há testemunhas, aí estou à vontade, agora o problema, eu não estou a dizer que o senhor Presidente está a querer esconder, mas só o facto de colocar isso num assunto onde, nesta sala, o professor Jorge Carvalho disse às pessoas que podiam ser desapropriadas se não estivessem de acordo, em dois mil e dezasseis, onde há documentos, onde o Professor Jorge Carvalho defende as desapropriações na unidade de execução, documentos dele, de intervenções dele nas sessões da CCDR e outros que remetem para esta questão, isto tem que ser clarificado. Agora que ninguém lhe faz mal não faz de certeza, eu, por acaso também disse mal, também assumo, vir busca-lo e vir cá pô-lo é um contrassenso, se ninguém lhe faz mal, não precisa que eu cá venha, isso também é verdade aí tem toda a razão. Não percebo porque é que estava a polícia de choque aqui á porta no dia da marcha e a GNR à porta da Filarmónica, no dia da reunião, mas é verdade que ninguém lhe faz mal. Sobre a questão do que faz bem e não faz, a democracia ser sério é uma questão muito simples, porque, desde o início da petição foi lançada creio que no dia vinte e oito de agosto, e até hoje também não se tentou reunir, também não se tentou chegar a entendimento e o que se tentou fazer foi logo defender-se verdades, ninguém disse na petição nem em lado nenhum que o senhor Presidente queria de desapropriar quem quer que fosse e que o senhor Presidente queria que acabar com a agricultura, dissemos que esta proposta, onde nós somos contra frontalmente contra esta proposta acaba com a agricultura e o senhor Presidente já viu isso no artigo 50.º, fala no 49.º, 50.º, 51.º, o 49.º, por exemplo, não precisa de alterações. Esses são os três artigos que estão no regulamento no que diz respeito aos espaços agrícolas, o que é preciso alterar é o artigo 50.º ou a ocupação na planta do ordenamento, no que diz respeito à agricultura, agora é preciso que se perceba que tem que haver alguma diplomacia, nós, quando não estamos de acordo com quem está no poder não quer dizer que lhes queiramos mal ou que queiramos fazer o que quer que seja a quem for, não tem nada a ver com isso a petição é contra uma proposta e já foi explicado os assuntos porque teve que chegar á petição, aliás, já foi explicado que tanto a petição como a marcha, como as reuniões com as Juntas de Freguesia, foram propostas pela população no dia catorze de agosto e nós fizemos a vontade da população é tão simples quanto isto, é para isso que cá estamos, agora relativamente a este assunto, eu queria só dizer aquilo que eu acho é que chega já de estarmos a discutir o que é que foi o procedimento já toda a gente percebeu que o procedimento foi mau, já toda a gente percebeu quem é que disse o quê e quem é que disse a verdade e que neste momento se impõe a discutir e decidir é como é que as pessoas vão participar, quando é que os documentos vão ser disponibilizados ao público de acordo com o artigo 88º do regime jurídico dos instrumento de gestão territorial que não estão ainda disponibilizados, ainda hoje acabei de confirmar a pouco os documentos da revisão do PDM não estão no site do município, coloquem-nos lá façam uma campanha, coloquem o

*regulamento na página e peçam para as pessoas darem sugestões, de certeza que vão ficar com o melhor regulamento possível, porque aí vão ser as pessoas a contribuir para ele e vão ficar contentes por estar integradas no processo e chamem-nos outra vez se quiserem, nós, já fizemos todas as propostas e enviámo-las, mas com o trabalho que temos vindo a fazer até surgiram novas, por exemplo, nas propostas que enviámos não estão lá questões relativamente, a zonas industriais e também temos propostas nesse sentido, mas o que eu acho é que é preciso é dizer às pessoas o que é que vai acontecer que cronograma e que vai haver se o cronograma é técnico é político não interessa nada, é preciso dizer às pessoas, as datas são estas e o trabalho que nós vamos fazer e este, reunião da Comissão de acompanhamento ainda bem que vai haver já aponte na agenda e venho só se me acontecer alguma coisa e acho que o mais importante e é com isso que eu quero terminar, porque ainda não foi a intervenção mais longa, é que deve haver uma Assembleia Municipal extraordinária aberta ao público, num espaço amplo com a equipa do PDM cá, e com a equipa externa, porque o que se quer discutir é a proposta e as respostas da equipa, ninguém quer afrontar o senhor Presidente, é a equipa e o PDM, nós discutimos, com público, num sítio que possamos estar para poder também discutir o assunto e encerrarmos de vez este tema, fazendo jus àquilo para o qual viemos para cá, que foi para trabalhar e para resolver o assunto, continuar na discussão de quem é a verdade e de quem é o procedimento, já toda a gente percebeu e não contem mais comigo para isso.»*

**Licínio Pereira (GCEPP):**

Disse:

*«Boa noite mais uma vez, em relação àquilo que o senhor Deputado Henrique Estrelinha disse, que sabe de um caso de uma pessoa que não conseguiu ver o projeto aprovado por causa do novo PDM, eu acho que isto tem que ser entregue ao Ministério Público, isto não pode ser assim, porque isso não é assim em lado nenhum. Ainda há pouco estive a ver na Internet que há Câmaras Municipais que suspenderam a aprovação de obras onde o PDM está focado em dois anos com a premissa de poder ser mais um ano para evitar essas confusões e evita essas confusões.*

*Em relação ao senhor Deputado Ângelo Marques, que aproveito para cumprimentar, e ao senhor Deputado Henrique Estrelinha, também, porque não cumprimentei no início, eu ficava admirado se concordasses com o que eu digo, eu sou um bocado como aquele papagaio da anedota, eu às vezes não falo, mas ouço com muita atenção, já ouvi aqui grandes dissertações sobre psicologia e já ouvi aqui, e não sei porque é que não é para aqui chamada essa questão, porque aquilo que eu digo aqui é aquilo que as pessoas pensam. É só isso, é última vez que eu falo nisto.»*

**Célia Martins (PSD):**

Disse:

*«Muito boa noite a todos os presentes, e aos senhores Deputados que estão em videoconferência, também ao público que assiste, aos resistentes, sobretudo.*

*Por ser, naturalmente, um tema que me diz muito e pelas implicações que todo este processo tem para a nossa terra também não queria deixar passar esta oportunidade de fazer uma intervenção sobre o processo de revisão do PDM. Não pude estar presente na última Assembleia Municipal, estava, também, a aguardar por todas as réplicas e por isso queria voltar a este assunto. Estava a aguardar, por parte do senhor Presidente, um ponto de situação do processo, mas pelo que disse e deduzo, e corrija-me se eu estiver enganada, digamos que, só a partir do dia doze é que vão ser estabelecidas as prioridades, com a reunião. Queria perguntar sobre o agendamento da reunião da Comissão Local de Acompanhamento do processo de revisão e com muito agrado acabei por ouvir esta iniciativa de marcar a reunião ainda este mês. Considerando os últimos acontecimentos com a composição da atual comissão, também reforço aqui a sugestão deixada aqui, pelo senhor Deputado Ademar Marques, de equacionar e haver aqui uma abertura para integrar, também, aqui*

*um representante da Associação dos Agricultores. Sobre o funcionamento desta comissão local também queria alertar para necessidade de os documentos serem disponibilizados de forma atempada para que todos tenham oportunidade de se pronunciar de forma informada e, da nossa parte, como sempre, tem sido até agora, assegurar também que vamos continuar a dar os nossos contributos. Também quero dizer que concordo com a sugestão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, que também voltou a referir sobre a necessidade e da importância de se realizar mais uma Assembleia Municipal Extraordinária e temática, porque também dávamos aqui oportunidade do público manifestar as suas opiniões.*

*Queria, também, fazer uma observação relativamente à forma como este processo tem sido conduzido decorrente, sobretudo, dos últimos acontecimentos, nomeadamente no passado dia vinte e cinco. É talvez uma observação um bocadinho complementar, no sentido que é um pouco mais abrangente de todo este processo, que me leva até a recuar aqui no tempo que aponta, sobretudo, para um problema que eu acho que é crónico no planeamento e que devia ser contrariado em especial relativamente a todos os processos de planeamento urbano e territorial porque mexe com muitos interesses e que não é só na questão do PDM ou nas unidades de execução entre outros e voltando á questão do PDM, uma situação curiosa sobre todo este processo é que a aprovação da primeira geração de PDM, que é o caso do nosso que é de meados dos anos noventa, tinha que acontecer até uma determinada data, sob a ameaça de não se poder candidatar aos fundos comunitários e hoje também se fala aqui prazos apertados para aprovação da revisão do PDM também sob pena de ficarem suspensos ou de também não se obter aqui os fundos comunitários e para os menos atentos parece que estamos a assistir ao mesmo filme, mas estão errados, porque o enredo aqui é bastante distinto do que se passou naquela época, porque a primeira geração foi realizada à pressa e da qual resultou de um modo geral na cobertura nacional do PDM com muitas muitas patologias e muitas incongruências e hoje passados tantos anos em que de um modo geral ganhámos mais experiência de planeamento territorial temos mais técnicos preparados, ultrapassamos muitas limitações até do ponto de vista tecnológico, ganhámos tempo em comparação com essa primeira geração, aliás, temos tido tempo de sobra para fazer uma revisão do PDM, recordando que o período de vigência deste plano é de dez anos não me estou a referir só a estes últimos acontecimentos. E a origem do problema que deriva sobretudo aqui de uma postura política, porque fazem-se aqui muitas críticas ao sistema de planeamento, ao facto de ser um processo complexo burocrático, lento, caro mas a realidade que vivemos hoje com a revisão do PDM de Peniche é um exemplo claro que os defeitos do sistema perdem significado quando se compreende que uma das grandes condicionantes deste processo em particular foi a falta de envolvimento da população e que acaba depois por provocar os piores efeitos negativos. Faz agora no próximo dia dez precisamente seis anos, na única Assembleia Municipal extraordinária temática sobre o planeamento com a presença da convidada, a senhora doutora Fernanda Paula Oliveira e o senhor Presidente também estava presente, na época Presidente de Junta, falou-se neste tal novo paradigma da lei de solos do Ordenamento do Território, falou-se muito nos obstáculos do Ordenamento do Território e precisamente nessa assembleia tinha sido sensível em dois anos após o início da revisão deste processo, do processo de revisão alertava para a necessidade de criar condições e canais de informação que cheguem de facto aos municípios, aos privados ou outras entidades, com base numa linguagem simples, perceptível e apostar numa política participação ativa indo mais além do que aquelas que são estipuladas por lei. Foram até dadas sugestões e que eu tenho repetido ao longo dos anos no âmbito de ações de planeamento em curso e em especial da revisão do PDM, sessões de esclarecimento com apoio das freguesias para a comunidade em geral, explicando que eu acho que isso é uma falha muito grave, porque é importante também explicar os mecanismos da revisão, os critérios que também imanam da lei, apostar na informação e na consciencialização do público, preparar até o futuro, não é, a geração do futuro, sugeri se até que sessões com estudantes nas escolas, falar sobre o PDM, era uma oportunidade, prepara-los. Uma página da Internet*

*devidamente atualizada e informada, também tem sido uma luta nestes últimos anos, temos aqui mais uma vez, uma referência sobre este assunto, o colega Pedro e esse alerta tinha sido realizado numa fase inicial do processo de revisão do PDM de Peniche. E perdemos essa oportunidade, de fazer diferente logo no mandato anterior. E já no seu mandato, senhor Presidente, reconheço que inicialmente até assistimos uma maior abertura da sua parte com a realização de reuniões como com os autarcas com as sessões públicas mais dirigidas à população, mas, senhor Presidente devo dizer que o grau de sucesso não se mede pelo num número de reuniões que possamos fazer.*

*O problema aqui, a origem, é o problema destas sessões surgirem, supostamente, no momento próximo do processo decisório considerando à época o prazo que estava estipulado, não é, não são os prazos estamos a falar hoje e que foram adiados com a Covid, etc., porque eram situações que já vem sendo alertadas de forma repetida nestas assembleias. Estas sessões acabaram por ser uma apresentação de uma proposta, quase reduzida um a planta de ordenamento e com a justificação das opções tomadas mais do que com a solicitação de opiniões que viessem influenciar a decisão e resultados, nalgumas em que eu estive presente, houve o caso em que a participação foi quase nula, talvez porque a informação nem sempre tenha sido transmitida de forma compreensível, aos olhos ou á compreensão de quem estes assuntos não são assim muito tratados, e noutros casos como vimos Ferrel, que se manifestaram de forma mais efusiva temos frustração, conflitos e mal-entendidos, porque não lhes foi também dada a oportunidade de se envolver nas opções feitas e por isso, reitero que esta participação da população na verdadeira aceção do termo, tal não aconteceu em todo o processo não obstante aquelas reuniões que falei há pouco e eu queria ainda ver mudanças esse nível, criar os tais canais de comunicação com a informação clara. E lamentavelmente esta situação associada á falta de capacidade de envolver a população a par das atitudes individuais e outros factos que já foram aqui falados e repetidos de todas as bancadas, a meu ver acho que só pertenciam ainda mais o descrédito da população face as instituições que eu acho que tem o dever de fazer o melhor pelo seu território e termino dizer que queria ainda ver mudanças, queria ver uma atitude mais pró-ativa da Câmara e sobretudo quero ver um PDM mais consensual, mas isso depois também vai depender da abertura que esta Câmara e que esta proposta com o regulamento e com as peças gráficas pois vão ser apresentadas.»*

**António Moniz (GCEPP):**

Disse:

*«Querida fazer algumas observações, sobre o que foi dito, sobretudo, por Presidentes de Junta e pelo Senhor Presidente da Câmara, acerca da importância do alcatroamento, temas que, claro, vos interessa, em particular, mas quando estamos a falar sobre estratégia municipal, penso que esse tema pode ser interligado, não pelo alcatroamento em si, mas, sobretudo, pelos projetos estratégicos que podiam estar por trás, e por esse o motivo pergunto porque é que não são feitos melhoramentos que permitam proteger os utilizadores de bicicleta, primeiro fazem-se alcatroamentos e alargamentos de via sem integração de ciclovias, porquê. O Regulamento do PDM que já que estamos a citar, artigo 3.º, número 5, diz que os percursos coincidentes com vias urbanas devem ter sinalização específica, vertical e no pavimento anunciando a partilha da via entre automóveis e bicicletas, porque aqui em Peniche apenas teremos percursos dedicados, porque é que não é feito sequer um desses percursos como experiência e porque não alargá-lo não só a cidade de Peniche que tem muitas vias com condições ótimas para esse tipo de percursos coincidentes e também nas próprias juntas de freguesia, mas não há nada todos os melhoramentos que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, do mandato anterior, que foram feitos muitos melhoramentos com alcatroamento, mas nenhum deles podia ter integrado este tipo de vias, Consolação, por exemplo, podia ter feito, mas muitos deles, e eu nessa altura tinha criticado justamente, porque não tinha sido considerada essas nem passagens de peões nem ciclovias, mas, por exemplo, fala-se de como o senhor presidente da Câmara falou de a quantidade*

*de lombas que que existem, porque é que não se pensa em vias com limitação de velocidade, juntas escolas junto aos centros de saúde hospital para trinta quilómetros por hora. Em grande parte das cidades não só em Portugal como noutros países europeus, esses limites estão a ser introduzidos. Não é preciso colocar lombas por todo o concelho, eu pessoalmente enquanto Deputado da Assembleia já pedi a informação a PSP de Peniche sobre o número de acidentes rodoviários que têm ocorrido no nosso concelho e eu quero ter essa essa informação, porque certamente, a PSP deveria ter essa informação, em termos do concelho para de poder estudar e trazer-vos aqui, porque é que não existiu nunca uma proposta quando a melhoramentos das infraestruturas para circulação urbana que privilegie os transportes públicos, o que é que é feito desta Comissão de trânsito que eu acho que nunca foi nunca ninguém tomou posse desde 2017, ou seja, muitas vezes também se tomam decisões relativas a estes assuntos na Assembleia Municipal, mas não são dados seguimentos a essas decisões, não vou agora dizer quais são mas há várias, ou seja do meu ponto de vista a estratégia não é apenas alcatroar é sobretudo encontrar meios para melhorar a qualidade do Ambiente e portanto, esse tipo de situações que não são controversas sequer em termos de PDM podem ser promovidas, não são e não tem custos adicionais muito mais elevados e, sobretudo a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com medidas concretas como essas obrigado.»*

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Disse:

*«Agradecia que, em relação ao mapa de obras, uma coisa que não devia ser discutida aqui nesta Assembleia, é entre os senhores Presidentes de Junta, não fizesse o feedback, senão daqui a bocado estão os senhores Presidentes de Junta a reclamarem o tipo de situações.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Não é verdade, estivemos reunidos este ano sobre o mapa de obras, porque eu tenho na minha agenda, a doze de fevereiro.*

*Senhor Deputado Ângelo Marques, claramente não temos a mesma visão do PDM. Vamos discutir isso mais à frente, com certeza, mas tenho esta base, o PDM não é o fim da linha, ultimamente estão a dizer isto muitas vezes, o PDM é um instrumento que pode e deverá ser participado o mais possível e eu concordo, até por aquilo que a senhora Deputada Célia Martins referiu, só que são as circunstâncias do poder, eu não quero culpabilizar o mandato anterior por isso, mas eu diria são as circunstâncias, que começa em dois mil e quinze, depois nós entramos em dois mil e dezoito, e começamos até muito cedo a fazer o debate, mas há outras necessidades nesta Câmara, há a organização, são os fundos comunitários, eu estou a sempre a dizer isto, mas parece que vivemos num mundo perfeito e espero que quando sair, seja em que momento for, que quem vier encontre uma casa diferente, e é por isso é que tem havido algumas decisões que não são pacíficas e que nem todos querem as mudanças que temos estado a fazer. É verdade temos que talhar caminho e eu acho que nesta evidência que é a agricultura, se nós tivéssemos conseguido no princípio deste processo envolver os agricultores e outros, eu nem sei como é que a dizer isto, eu tive na única reunião comissão de acompanhamento e eu sei o que é que aconteceu lá e se é mais do mesmo não, mas vamos tentar enriquecer esse debate até porque agora as coisas estão a ficar mais maduras as coisas estão a ficar mais clarificadas. Faz-se discussão pública, se calhar faz-se, mas os senhores Deputados, nomeadamente o senhor Deputado Ângelo Marques, que conhece outras realidades, a senhora Deputada Célia Martins certamente também conhece outras realidades, digam-me se aqui à nossa volta se há assim processos tão debatidos se há processos que envolvem tanta população, se tiveram aquelas sessões como nós fizemos, se calhar não. Eu, por acaso, acho que há uma Câmara que há aqui há uns anos fez um trabalho muito interessante mas não sei se foi*

*do PDM, eu estive num debate que foi em Loures que há uns anos e que achei muito interessante, mas sinceramente não sei se foi ou não neste contexto, mas que devia de haver nós temos esse défice, nós acusamo-nos todos uns aos outros, mas depois acabamos de ter muitas dificuldades, eu acho que isso será normal no processo democrático, mas há Presidentes de Câmara que me estão sempre a dizer, tu nunca vais conseguir isso, não te iludas, não é preciso trabalhar assim, não te iludas, eu acho que as Câmaras têm que estar melhor preparadas e organizadas com mais meios e que seja um processo natural, não haja um conjunto de pessoas tenham aqui, autarcas e técnicos e outras pessoas que que estão mais motivadas em qualquer momento, e as vezes são quase os escravos do trabalho não me estou a referir a mim, há pessoas que se motivam uns anos mais uns anos menos, mas isso acontece e eu acho que não há necessidade. Eu acho que não há necessidade e se isso acontecesse normalmente todos estes processos seriam mais fáceis. Em relação a escola é um stress porque é o ajustamento a uma nova realidade, que é muito mais exigente, que nós não conseguimos temperar ou medir, como fazer assim essa adaptação é com o tempo e por isso tomámos algumas medidas nesse sentido e espero que também com tempo que cada início de ano letivo seja mais pacífico e que estejam as coisas mais resolvidas e penso que este será o último ano em que se sinta essa transição.*

*Queria que o senhor Deputado Ângelo Marques, já agora, porque não referiu, qual é a escola, penso que será o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, afinal é a Escola de Geraldês, portanto, é preciso registar isto.*

*Em relação às questões informáticas, eu diria que temos consciência que temos algumas insuficiências a nível informático, mesmo em termos de equipamento, temos feito investimentos e vamos continuar a fazer, está o concurso aberto acho eu, se não está, vai abrir, para um novo técnico, eu tive aqui no fim-de-semana a trabalhar, no dia que ia trabalhar mais no sistema, não tive sistema, que foi na segunda-feira, ontem não tinha sistema e hoje não tinha sistema e vir para a Câmara às quatro da manhã para ver se se vai recuperar aquilo tudo e não se consegue recuperar, às vezes não é fácil e os serviços também se queixam, portanto, vamos ver.*

*Em relação à Divisão de Energia Ambiente e à limpeza, e que se acusa hoje, e é fácil, chega-se aqui, eu não faço isso, chega se aqui e põe-se uma opinião, está um contentor ali na Rua dos Hermínios, nem se diz qual é a rua, e tira-se uma fotografia ou duas fotografias e vai toda a gente começa a dizer mal, e por acaso é a rua onde os nossos serviços passam com o carro pequeno e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, também conhece e daqui a bocado há dois carros mal estacionados e acabou quatro ou cinco contentores não são mexidos e depois passam um dia dois dias e não foram mexidos, eu até estava a pensar que era a questão do feriado. O encarregado disse-me "senhor Presidente não há feriados, só no 1.º de Maio e no Natal".*

*Há um conjunto de Presidentes de Câmara, alguns deles até me surpreenderam, que são apoiantes da atribuição do subsídio de risco, particularmente neste setor que é de grande sensibilidade a limpeza e que devia ser justo, portanto, apelo aos camaradas do Partido Socialista para que façam uma forcinha para que se consiga, é justo e é legítimo, isto fora de brincadeira, nós devemos influenciar aquilo que conseguimos influenciar e esta devíamos influenciar todos.*

*Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, é sempre bem-vindo, mas se entender que não vai ao mapa de trabalhos não vá, isso é problema seu, não é meu, mas eu quando digo que as prioridades de asfaltamento, e vais perceber, aliás, em relação a Ferrel já transmiti ao senhor Presidente que vou a Ferrel fazer a avaliação para preparar as coisas, e é legítimo que eu queria que começássemos em Ferrel pelas situações mais graves como conseguimos em Atouguia da Baleia e como conseguimos na cidade, a avaliação que eu faço sem um rigor, acho que a prioridade da Serra é um bocadinho mais à frente, eu não estou a dizer que é a última prioridade não, estamos a avaliar, eu também leio os e-mails e até as reclamações, não é para dizer, não é para fazer, é para fazer sim, mas deixem-nos resolver, por exemplo, o Largo de 25 de Abril, nos Casais Branco, a Rua das Flores e a Rua da Felicidade, na Bufarda, aquilo até deve envergonhar*

*a todos, por acaso não se vai asfaltar amanhã a rua que estava prevista na Bufarda, porquê, porque a Junta de freguesia, isto não é uma crítica, não conseguiu fazer aquilo que estávamos a prever fazer, que era um bocadinho pluvial na Rua da Felicidade e acho que é a Rua dos Cravos e então como a Rua Direita também está em péssimo estado, decidimos, vamos acelerar aquilo, nem sei quem é que disse que para a semana iam asfaltar aquela rua, não, é amanhã até onde ela tem que ser.*

*Em relação a Ferrel, não me comprometo agora, mas aquilo que nós estamos a pensar é que para a semana, não sei se é segunda-feira ou terça-feira, vamos começar asfaltar em Ferrel com toda a certeza não nem vai haver divergências em relação a isso, eu é que quero ter a noção, é verdade, eu fui dar a volta toda à Atouguia da Baleia para ter a noção e para dizer, prioridade é isto, prioridade é aquilo com o conhecimento do Presidente de junta e passando a informação aos serviços, fui eu que dei a orientação, fui, agora comecei a assumir coisas que não queria ver se eram só os técnicos que assumiam agora tem que ser.*

*Transportes Públicos, vou pedir à senhora Vereadora Ana Rita para registar, é preciso verificar. Eu não tenho dúvidas que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, até pelo que conheço, faz, dentro daquilo que é o seu conceito de Presidente de Junta, faz o seu trabalho e faz bem, não é isso, nós somos muito diferentes e sabemos que somos diferentes. Eu respeito muito o esforço que tu fazes em relação a alguns serviços, que eu não tinha necessidade de fazer, até porque eu estava na cidade e tu estás na zona rural.*

*A questão do parecer da Agência Portuguesa do Ambiente e de ter ido em maio, mas o senhor Presidente da junta, também, conhece bem os nossos técnicos, particularmente este, pergunte-lhe porque é que foi só em maio.*

*Óleo alimentar, sou absolutamente de acordo, não me lembro, sinceramente, tenho que ir rebuscas o que foi dito. Estamos a tomar medidas disso e não quero acrescentar mais nada. Estou ansioso, sem ansiedade, de poder resolver e ficarem atribuídas todas as divisões, e esta Chefia de Divisão vai ser clarificada até ao final do mês, porque serão feitas as entrevistas.*

*Em relação aos cabos na via pública, estou completamente de acordo, se calhar esta mudança em todo o concelho, na cidade se calhar é a situação mais grave, e eu como Presidente de Junta já me indignava, nomeadamente no Carreiro de São Marcos que é uma indignidade e acho que temos de melhorar muito, mas é noutros sítios também.*

*Peço desculpa, por acaso avisei que iríamos dia vinte e oito ao cemitério de Ferrel, mas pedi, não é para culpar ninguém, mas pedi para fazerem um ofício e mandarem logo por mail para o senhor Presidente da Junta saber que vamos lá começar a desbastar aquilo na segunda-feira.*

*Asfaltamentos por ordem superior, é, já assumi, neste momento, o controle está comigo, porque se estamos em fase de adaptação, eu senti estar mais próximo e senti que tinha que conhecer. O pessoal eu conheço, as máquinas e a forma de fazer estou agora a apurar e quero que sejam rápidos, se o temos nos ajudar, mas, pronto, temos as azares e se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, estivesse aqui eu ia pedir-lhe desculpa, mas a máquina esteve parada hoje e ontem, porquê, porque a empresa esteve parada ontem e hoje por uma questão de certificação, e eu falei com o responsável, portanto, no fundo a Atouguia da Baleia perdeu dois dias esta semana e mais o feriado, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia compreende isso e depois leva a máquina mais tarde.*

*Eu já referi que há acordos de obras muito fáceis de fazer, é olhar, vai lá o técnico não há problema nenhum e nós assumimos, fornecemos material, que é de todos e não sou eu que decido, vai a reunião de Câmara e, até hoje, comigo, nunca houve uma decisão em contrário. Há a pertinência, a condicionante que em Ferrel, os alinhamentos têm que ser vistos de outra forma, nós vamos ter que ir lá com o Senhor Presidente de Junta e com o nosso Arquiteto que faz o projeto ou a arquiteta para ver se é aquilo, se é um passeio de um metro se não é, se há alguma necessidade de ajustamento.*

*Sobre a equipa, qual era a equipa que nós íamos contratar agora para o PDM, qual era a equipa. Não há nenhuma contradição na unidade de execução, a unidade de execução ponto, não estava aprovada. Eu não tenho uma visão de unidades de execução, tenho uma visão que é o território que eu posso explicar isso publicamente, que é agarrar naquilo que alguém idealizou como unidade de execução e fazer uma espécie de funil, porque é um funil mais largo que é aquela área central. O senhor Presidente da Junta de Ferrel gosta muito de Ferrel e mau seria se não gostasse, mas de certeza, que não gostava mais do que eu, de uma frente muito bonita que todos nós reconhecêssemos, que aproveitássemos a oportunidade para fazer ali, na frente do Baleal, com o acordo de todos e a Junta de Freguesia tem que participar, aliás, há pessoas que já me ofenderam e vão ver daqui a alguns anos, afinal o Presidente não estava a prejudicar, aliás, se viesse falar comigo de outras forma, eu dizia, tenha calma que isto está a correr assim, deixa o mercado andar, façam negócios justos para todos, mas não tenho dúvidas nenhuma, naquele espaço e em todo os espaços, se houver alguém que tenha a oportunidade ou de ter adquirido a maior parte dos espaço, e continuo a dizer, não são vinte e nove, são dez ou doze, mas podem ir até mais e podem comprar lá mais para trás e em zona que estão hoje desenhadas com equipamento e zona verde, podem comprar tudo, quem quiser, ou podem comprar para fazer um acordo com aquelas pessoas todas, que era ótimo, façam, o Município está cá com os seus técnicos, tenho a certeza que o Executivo Municipal está cá para resolver este problema, e a Assembleia Municipal vai estar de acordo, tenho a certeza absoluta do que estou a dizer, se alguém não compreendeu, paciência, eu nunca respondia pela unidade de execução, não é para me libertar, não me foi perguntado sobre o que eu penso. Houve pessoas que estiveram a reunir comigo, que têm lá terrenos, que sabe o que é que eu penso, e podem dizê-lo, e reuniram comigo em 2018, e motivei as pessoas a fazerem negócio e espero que façam, até porque aquilo tem outra componente, é receita para todos, nomeadamente para a freguesia. Se calhar, em lugar de estarmos concentrados em coisas que não interessam, devíamos estar concentrados no que é que podia ser o nosso contributo para um bonito projeto, em termos de ordenamento do território, que possa trazer mais algumas valias, para além daquilo que estava pensado, e acho que não está tudo pensado, há muita coisa para pensar e aí nós podemos enriquecer o projeto.*

*Eu não mando na Policia de Segurança Publica nem na Guarda Nacional Republicana, e eles sabem, aliás, se eu quisesse aplicar a lei, eu podia ter impedido aquela manifestação e jamais, nem aquela nem nenhuma. Não me meto nisso, o senhor Comissário sabe, o senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana sabe o meu comportamento, eu raramente falo nos comandos, publicamente, o que tenho que falar, falo diretamente. Fizeram o que entenderam, obviamente que o nosso Comandante da Proteção Civil é um homem muito atento, vai-me transmitindo e ele sabe muito bem o que é que eu penso em todas as situações.*

*Nós estamos a estudar já há algum tempo, uma forma de participação, de divulgação, de envolvimento, ou com os meios digitais, com a informática, com o site do município, mas nos momentos certos. Eu fui criticado por não ter dado o regulamento mais cedo, agora sou criticado por ter permitido o regulamento, eu, por minha vontade, o regulamento não tinha saído enquanto não houvesse condições de o fazer e, provavelmente, tínhamos evitado um conjunto de coisas. Não tenho a certeza, nem sei se a equipa técnica está disponível para vir para uma reunião extraordinária, para debater questões sem nós fecharmos com os técnicos e em termos políticos.*

*Por respeito à senhora Deputada Célia Martins, que eu tenho muita atenção ao que diz, mesmo não concordando com algumas situações. Falta de envolvimento, já o referi, mas houve envolvimento e não houve mais envolvimento porque as pessoas não quiseram, nomeadamente autarcas.*

*Em relação ao senhor Deputado António Moniz, isto não é uma crítica, mas a questão do alcatrão não é essa, obviamente que nós temos neste mandato um particular momento que tem a ver com um uma equipa que tem equipamentos todos destruídos, esta é uma realidade e nós*

*podemos demonstrar, é verdade que eu entrei com o pressuposto de fazer, acima de tudo, empreitadas, mas com a evolução da situação vi, até pela gestão dos dinheiros, e as últimas decisões que eu tomei, tem muito a ver com isso. O alcatroamento é uma necessidade evidente, é uma obrigação e eu sou o principal crítico por não ter conseguido fazer mais cedo, mas alguns terão que ter a ajuda das Juntas de Freguesia de Ferrel, Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei e Peniche, esta é a primeira etapa, a segunda etapa, acho que vai acontecer naturalmente. Acho que o Pinhal de Ferrel tem uma potencialidade muito grande para fazer circuitos, nomeadamente pedonais e cicláveis, temos que ver como é que vamos fazer a ligação do Baleal ao Pinhal, por exemplo, porque da saída de Ferrel para os Casais de Mestre Mendo, acho que vamos ter uma ciclovia, mais ano menos ano, interessante, a Estrada do Bélico, nem dinheiro temos para a fazer, se for uma empreitada são trezentos e trinta mil euros fazer ali a ciclovia, mas concordo em absoluto, temos que olhar para o nosso território. Uma das coisas estava desenhada era uma ciclovia na Marginal Sul, mas era sobre a estrada, agora, como é que passam dois carros e a ciclovia, depois o território, aquilo que vamos fazer de novo, se tivermos espaço é importante, por exemplo, aquilo que eu defendo, e que eu acho que Ferrel não defende, são duas ruas alternativas, a Cruz das Almas à outra rua, admito que se nós tivéssemos largura suficiente na Rua Cruz das Almas para fazer a ligação àquela parte onde está o Lar de Ferrel, era interessante, mas temos que nos esforçar muito. Concordo em absoluto com a questão da limitação de velocidade na cidade e fora. A Comissão de trânsito, a culpa é minha, devia funcionar, se bem que eu participei na Comissão de trânsito durante doze anos e nunca foi aquilo que todos nós desejávamos, mas chegámos a ter contributos interessantes. Foi contingência das mudanças que eu fiz na divisão, mas mais dia menos dia nós vamos fazer essa comissão, que é legítimo, como outras comissões que eu tenho que assumir, enquanto responsável político direto ou não, nós temos que reunir mais vezes. Eu tenho a certeza que para o próximo mandato, seja eu o Presidente, seja quem for, esta casa está muito mais tranquila, não há grandes alterações para fazer. Aproveito este momento para agradecer àqueles que durante estes anos, particularmente no meu mandato, têm estado à frente e deram o melhor de si, nomeadamente os Chefes de Divisão e, também, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e dar as boas vindas publicamente, àqueles que já cá estão e aguardar.*

*No concurso para a Divisão de Energia e Ambiente, temos dois candidatos da casa e temos três de forma, o júri que decida, eu, seja quem for, assim que tomar posse vamos ter que falar, porque há questões que têm que mudar. Não sei se sabem que está a decorrer um concurso de mobilidade para encarregados, porque há coisas que não é preciso me dizerem, eu também tiro fotografias e preocupo-me, e não é só a questão política, acima de tudo é a imagem, uma cidade suja, uma vila suja ou uma aldeia suja é o pior retrato de um concelho.*

*A opção foi acabar com o glifosato, mas se passarem pela Rua D. Luís de Ataíde e perceberão qual é a outra parte das intervenções que temos que fazer, que é a reabilitação da calçada.*

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Disse:

*«Eu quero propor a esta Assembleia Municipal que os líderes de bancada reunisses comigo e com a mesa da Assembleia Municipal, no final da próxima semana, para agendarmos as reuniões que temos de fazer sobre o PDM, visto que algumas questões vão ser discutidas no dia doze, e se concordarem reuníamos para propor uma reunião. O senhor Presidente da Câmara Municipal está a propor dia vinte e três ou dia trinta.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse:

«Primeiro gostaria de dizer ao senhor Deputado António Moniz que gostei da intervenção que fez, porque a questão não é a pavimentação. Eu não preciso que a Câmara vá lá colocar pavimento neste ano e meio para nada, eu, mas a população precisa, precisa de qualidade de vida, e qualidade de vida passa por ter boas estradas, bons passeios, arruamento limpos, mais espaços verdes, mais atividade cultural, isso é qualidade de vida, naturalmente, se tivermos as ciclovias, ainda aumenta, se tivermos melhor mobilidade, melhor ainda, isso faz parte dos livros e, como eu costumo dizer naquilo que escrevo, o poder local é uma obra inacabada, quando sairmos nós vêm outros.

Depois, sobre o alcatrão, o senhor Presidente tem a faca e o queijo na mão, o senhor resolve estes problemas que foram colocados, hoje, aqui na Assembleia, e não é preciso muito dinheiro, faça contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia mais pequenas que são, Ferrel e Serra d'El-Rei, sem qualquer ordem, e nós fazemos esses pavimentos, fazemos contratos interadministrativos para o efeito, isto faz-se em muitos concelhos e resolve-se o problema, porque, só é possível colocar alcatrão neste concelho, até final do mês de outubro, porque em novembro o tempo arrefece e as massas são frias, é mandar dinheiro fora, não vale a pena, e depois começa outra vez no mês de março, depois de março sabe o que é que as pessoas vão dizer sobre cada obra que vamos fazer, eleitoral.

Queria dizer o seguinte, senhor Presidente passou e bem, e faz bem de vez em quando passar pela Serra d'El-Rei e olhar e ver o que está lá escrito que diz que o Presidente da Junta da Serra d'El-Rei conquistou um aumento de 90% para as freguesias, tem protocolos com os CTT, sabe o que é que significa, a minha freguesia que recebia quinhentos euros por mês, a partir do dia um de outubro, deste mês, passa a receber novecentos euros, e assim que for estabelecido o contrato de concessão, Governo-CTT, terá mais 15% de aumento, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel também está beneficiado com este protocolo e o senhor Presidente sabe que fui eu que o negocieei. Quero dizer também que é pena não ter visto os vídeos todos que lá estão, porque estão lá vídeos com os membros da Câmara Municipal de Peniche. Queria dizer ao senhor Presidente que o nosso boletim faz uma homenagem justa a quem foi a campeã nacional, em termos de cor, ao Futebol Clube do Porto, e dizer outra coisa, o senhor Presidente da Câmara no "Notícias da Serra" vem duas vezes e a Serra d'El-Rei no Jornal da Câmara vem zero vezes.»

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse:

«Relativamente aos asfaltamentos, concordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e já cheguei a dizer isso ao senhor Presidente, até noutras obras, com protocolos com as Juntas de Freguesia resolvíamos muita coisa.

Os CTT vamos tratar disse, porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei ajudou.

Questões que não foram respondidas, as obras na escola primária, fomos à escola, tirámos tudo para elas começarem, passou o verão e elas não começaram, na escola primária do lado da Biblioteca. Acho que a carpintaria ainda lá foi à escola, pediram a chave, mas depois não chegaram a fazer nada, entretanto, o ATL já começou tivemos que voltar a colocar as coisas.

Não me respondeu à questão, de há um ano e três meses da Lusitaniagás.

Não me respondeu à questão da Waveroller, de há um ano e nove meses.

Depois, relativamente à questão do mapa de obras, dizer que o senhor Presidente tem razão, houve uma reunião no dia 12 de fevereiro de 2020, que para mim continua a ser muito pouco, porque antes eram doze reuniões anuais, passámos para duas, com esta de outubro, continuo a achar muito pouco, de qualquer forma, dar nota de que, o email foi enviado no dia 11 de fevereiro de 2020, para um email que estava fora de utilização desde 04 de fevereiro de 2019. Um ano antes mandámos um email para a Câmara, e isso já deu problemas em reuniões públicas, com alguns

*promotores privados, a dizer os emails novos e passado um ano ainda mandaram informação para o email antigo, por acaso, porque ainda tenho acesso, mas, entretanto, o assunto está resolvido, porque esta reunião de outubro já chegou o email novo, foi por essa razão que em fevereiro eu não estive presente, aproveito para dizer isto, porque não sabia, se não eu teria vindo. Clarificar duas ou três coisas, relativamente aos contratos de obra, não foi isso que eu disse, não foi o facto da maneira de fazer os contratos de obra, foi o facto de ter sabido mais tarde do que os outros, isso é que aconteceu e foi isso que eu referi.*

*Quando o senhor Presidente diz que pela sua vontade os documentos não saiam mais cedo, por favor, vá ver o artigo 88.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.*

*Unidade de execução, estamos de acordo que aquela frente do Baleal tem que ser arranjada, isso toda a gente está, agora, não se pode é resolver o problema a alguns e deixar aquilo tudo para trás sem se resolver, o Baleal tem que se resolver num todo, a Câmara Municipal há vinte anos que trabalha num plano de urbanização do Baleal, se calhar já tem até instrumentos desenvolvidos nessa matéria, desde a Quinta das Palmeiras até ao lado de cá da Tupatour, resolver aquilo tudo, mas para isso é que devia haver a reunião temática, porque nós não vamos para a reunião temática com as mentiras e com as verdades, que já disse que isso acabou, vamos é dizer aquilo que entendemos, com o mapa, e eu acho que devia ser com a equipa, porque a equipa é que tem que responder, eles é que são os técnicos. Dizer que o problema desta questão nasceu nestas questõezinhas, há investidores, e o senhor Presidente até lhes disse para comprar os terrenos, eu concordo que o princípio do senhor Presidente é bom, tentem ser justos, mas os investidores deste tamanho não vão investir nem comprar terrenos sem saber o que é que lá podem fazer, portanto, tiveram que ter alguma informação sobre o que lá podem fazer, se foi da Câmara, se foi dos serviços, não sei. Esta questão dos vinte e nove, dez ou doze é outra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu aqui, são dez ou doze e a minha opinião é outra, e na reunião do dia 21 de setembro, da Câmara Municipal, pública, referiu que eram vinte e nove no projeto do senhor professor Jorge Carvalho, isso está gravado, é isto é que não está claro, é isto é que tem que acabar, temos que discutir o assunto e dizer quantos são e o que é que é, ser claro, para não haver estas nebulosas, porque não abona a favor de ninguém.*

*Há aqui uma questão que o senhor Presidente já adiante, que é as receitas e impostos, eu sei que se vier para ali um grande investimento, entram milhões no Município.*

*Esta questão que o senhor Presidente disse agora da calçada assenta na perfeição no contrato que o senhor Presidente tem com o senhor professor Jorge Carvalho, quem vem fazer a calçada, nós pagamos, temos que dizer para fazer bem, é a mesmíssima coisa que o senhor professor Jorge Carvalho e com a empresa dele. Não está disponível para vir a uma reunião da Assembleia Municipal, se fosse eu o Presidente de Câmara a pagar-lhe a ele, então ele recebe o dinheiro para quê, não está disponível para vir discutir com os autarcas que votaram a proposta que ele vai fazer, era o que faltava, mas isso é só a minha opinião, o senhor Presidente é livre de gerir isso dessa forma.»*

**Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):**

Disse:

*«Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, relativamente ao Waveroller, o município, neste momento, não recebe absolutamente nada do Waveroller, o que existe é um contrato de comodato, relativo aos terrenos, sem qualquer contrapartida, até que o projeto comercial comece, efetivamente, a existir. Neste momento, o que existe é um equipamento isolado, que está ainda em fase de testes e, portanto, quando passar a existir mais do que um equipamento e existir esta parte comercial, aí sim, existe essa possibilidade de haver uma contrapartida para o município, mas neste momento não existe.*

*Relativamente à lusitâniagás, eu estou, conjuntamente com os técnicos, a recuperar todo o histórico e a perceber o ponto de situação de tudo isto que, no fundo, o que o senhor Presidente tem questionado, e assim que eu tiver uma resposta, mesmo que seja antes de uma Assembleia Municipal, eu encaminharei para a Assembleia Municipal por escrito.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse:

*«Quero agradecer o esclarecimento da senhora Vereadora Ana Rita Petinga.*

*Nesta questão, quando houver a parte comercial da Waveroller, para que fique em ata, é importante que o Município receba e a Junta de Freguesia também, mesmo que seja pouco.*

*Estas duas questões, eu não trago mais à Assembleia Municipal, entre nós vamos conversando como até aqui.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Em relação às obras na escola primária, eu pensava que tinham sido executadas, sei que se fizeram muitas obras nas escolas, essencialmente nos pisos que estavam degradados, foram substituídos, inclusive, houve havia duas escadas de acesso ao primeiro piso que também estavam muito degradadas, uma delas de uma escola que não tinha sido acabada, que provavelmente não se devia ter iniciado e ficava para mais tarde, mas foi iniciada e depois acabou por se acabar em cima da hora. Vou ver o que é que aconteceu, até porque eu tinha lá estado com o senhor Presidente de Junta e com a nossa engenheira, e tinha dado uma orientação para que aquilo fosse rapidamente, mas admito que não conseguimos resolver todos os problemas com que nos deparamos.*

*Eu tenho uma visão que não foi discutida com executivo municipal, em relação a isso, não tem que ser imposto, mas a visão é, aquela frente, se tiver um acordo de proprietário, é fácil resolver. Se o senhor Presidente de Junta tem presente o desenho da proposta da unidade de execução, perceberá porque é que eu digo dez ou doze pessoas, é a frente, por isso é que eu digo que temos que nos focar no essencial, e eu não quero saber quem são os investidores, eu gostava muito que viessem investidores fazer a diferença e que estejam disponíveis e, com certeza, a Junta de Freguesia vais participar nisso como eu e o Executivo Municipal gostaríamos de participar e vamos falar nisso muito em breve, não há confusão nenhuma em ser vinte e nove ou dez, a proposta da unidade de execução era vinte e nove, aquilo que não há mais nada, procurei entusiasmar um conjunto de pessoas, pelo menos quatro, muito interessados.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse:

*«Quería agradecer ao senhor Presidente da Câmara as respostas às questões que acabei de colocar.»*

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:**

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

**2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE 2019:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):**

Disse:

*«Boa noite a todos, portanto, trata-se das contas consolidadas com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, não há nada de novo a acrescentar, é obrigatório, temos que enviar, entretanto, para o Tribunal de Contas e, no fundo, são as contas consolidadas entre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e o Município de Peniche que dão estas contas finais e que temos que reportar.»*

**Deliberação n.º 12/2020:** Submetidos os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público Municipal de Peniche, que abrange o Município de Peniche e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, relativas ao ano de 2019, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Quatro (4) - dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.

Votos a favor: Dezoito (18) - dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, do Partido Social Democrata e do Partido Socialista.

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público Municipal de Peniche do exercício de 2014 ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Vereador Mark Ministro (GCEPP):**

Disse:

*«Boa noite a todos os presentes e a quem nos acompanha a partir de casa. As grandes alterações deste regulamento, relativamente ao anterior, são a simplificação da fórmula cálculo do rendimento mensal per capita, a atualização da documentação necessária para a candidatura com uma maior uniformização, com base nos documentos emitidos pelas Finanças, há uma clarificação ou alteração do conceito de aproveitamento escolar e, também, uma clarificação relativamente aos critérios de seleção.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse:

«Boa noite ao senhor Presidente e à Mesa da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, senhor Presidente, Vice-Presidente, Vereadores presentes e em videoconferência, naturalmente, todos os membros da Assembleia Municipal, público, trabalhadores municipais e comunicação social. Queria fazer e colocar a seguinte questão: como sabem as Bolsas de Estudo, foi uma proposta que tive a oportunidade de apresentar e, obviamente, em conjunto com os membros da Câmara de a criar e o valor, julgo, não tem sido atualizado e a questão que eu coloco é, se não estava na altura de, pelo menos, fazer, eu nunca falo em grandes aumentos, uma atualização do valor, e por isso questiono o senhor Presidente da Câmara e os senhores membros da Câmara aqui presentes relativamente a este assunto, porque é óbvio que as coisas quando nascem, nascem com determinadas premissas, as coisas também evoluem, portanto, penso que o número de bolsas atribuído, também, não alterou em termos numéricos, a sua quantidade e, por isso, impunha-se provavelmente fazer uma atualização face à realidade que vivemos, era nesse sentido a minha pergunta e, em simultâneo, uma proposta.»

**António Moniz (GCEPP):**

Disse:

«Boa noite a todos os presentes, ao senhor Presidente da Mesa, restantes membros e a todos os que nos acompanham, também, através da Internet. Eu tenho só algumas, enfim, uma recomendação e uma observação sobre este regulamento. Estou de acordo com a referência que o senhor Vereador Mark Ministro fez sobre o melhoramento do processo de atribuição das bolsas, também concordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que o montante da verba é, de facto, bastante baixo, até porque são pagos, não doze meses, apenas dez meses, de qualquer maneira é um apoio mínimo, é uma intenção que deve ser bem vista, no entanto, as observações têm a ver com o seguinte: uma, é referido que os estudantes que poderão ser contemplados com esta medida devem estar inscritos em cursos, onde são conferidos graus académicos de Licenciatura ou Mestrado integrado, primeiro e segundos ciclos integrados, no entanto, Mestrado Integrando não existe, do ponto de vista de grau académico, portanto, isso está consignado e referido pela própria Direção-Geral do Ensino Superior, o que existe é Licenciatura, Mestrado e Doutoramento. Algumas universidades têm umas formas "ABAS", nomeadamente a minha, onde eu estou, que é de tentar manter os alunos nas suas escolas, organizando Mestrados Integrados, no entanto, o grau não é Mestrado Integrado, mas é Mestrado. A outro, tem a ver com o processo de atribuição, do ponto de vista da contribuição para a integração social no concelho de Peniche. Eu penso que seria bom, seria um sinal positivo, aliás, é essa a minha proposta e já o tinha, várias vezes, mencionado, não aqui, mas em outras ocasiões, de poder oferecer duas ou três bolsas para serem preferencialmente atribuídas a estudantes de origem étnica cigana, mas seguindo, obviamente, as condições de candidatura que já estão reguladas, porque são pessoas e estudantes desta etnia cigana que, de facto, constituiu o grupo mais desfavorecido, um dos grupos mais desfavorecidos no nosso concelho e penso que seria de um sinal positivo em relação a essa comunidade, mesmo que saibamos à partida que não temos ou não se encontram ainda alunos deste etnia na fase final do ensino secundário, mesmo sabendo isso oferecer essa possibilidade. Se não houver essas restantes bolsas serão atribuídas a outros estudantes de quaisquer outras minorias ou maiorias, no entanto, seria um sinal, relativamente a uma comunidade fortemente desfavorecida, por razões sociais, e que tem um peso relativo e significativo entre os habitantes do nosso concelho, e em relação a eles, também a própria Câmara Municipal tem feito diversos esforços de apoio, mas este seria um bom sinal, até porque há cada vez mais estudantes desta comunidade étnica que tem sucedido positivamente no avanço dos seus estudos, por isso, o meu sentido de voto será o de abstenção, mas de qualquer maneira queria sublinhar estes aspetos que me parecem muito importantes.»

**Paulo Ernesto (PSD):**

Disse:

«Muito obrigada pela oportunidade. Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas Deputados de bancada e a quem nos ouve em casa. Eu estava a ouvir a breve apresentação por parte do senhor Vereador Mark Ministro, acerca dos motivos que estiveram por detrás da atualização do regulamento, e depois tive a oportunidade de ouvir a participação do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e aí, realmente, temos que tornar como válida toda a sua vasta experiência que teve nesta matéria, porém, eu gostaria de acrescentar e até fazer uma outra questão para reflexão. É colocado, de facto, a questão de que o valor deve ser atualizado, eu não sei, e aí gostaria que me esclarecessem, se o valor deve ser atualizado, apenas porque sim, portanto, ou existem critérios válidos para levar a cabo essa atualização, e aí creio que não devemos ignorar aquilo que têm sido as políticas do Estado, relativamente à ação social escolar das universidades ao longos dos anos, que, como sabemos, também vai sofrendo algumas oscilações e, por isso mesmo, acho que, realmente, deve ser acautelado um valor, baseado na correlação entre aquilo que é a capacitação financeira dos agregados e aquilo que são, realmente, outras prestações pecuniárias por parte do Estado, ao nível do Ensino Superior, portanto, tem que haver aqui critérios básicos estabelecidos que sejam válidos, coerentes e que, realmente, possam aqui entrar em equação e não apenas mexer porque já não é mexido há muito tempo, eu julgo que tem que haver algum equilíbrio nisto. O senhor Vereador Mark Ministro também falou que há necessidade de uma maior simplificação do processo. Eu devo aqui confessar que as coisas não têm que ser simples só para facilitar a vida a quem quer que seja, nem aos serviços da Câmara Municipal, nem à vida dos agregados dos estudantes que realmente concorrem, eu acho que não tem que ser nem simples, nem complicado, deve ser, e isso sim dá-me maior tranquilidade, se soubesse que estaríamos perante uma intenção clara de criar um conjunto de alterações ao regulamento, tornando-o mais eficaz, mais justo e mais equilibrado, independentemente das operações que fossem realizadas, fosse alterar o valor, fosse substituir os documento que são solicitados aos agregados/ candidatos, no momento da candidatura, portanto, não é uma questão de tornar isto mais simples e mais facilitado, não, tem é que ser eficaz, justo e equilibrado, que é aquilo que se pretende, de modo a criar um regulamento que seja criador da igualdade de oportunidades, entre pessoas oriundas das mais diversas etnias, proveniências, em que os critérios têm que ser iguais para todos, porque todos fazemos parte da sociedade e temos todos que fazer cumprir pelos mesmos critérios, creio que não pode haver aqui exceções, porque a exceção é premiar o esforço, o mérito, como muito bem está mencionado que é ter aproveitamento escolar, este é mais o meu ponto de vista.»

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse:

«Eu ouvi com atenção a intervenção do senhor Deputado Paulo Ernesto e quero dizer-lhe que as Bolsas de Estudo fazem cada vez mais sentido e face à realidade que vivemos, qualquer autarquia, incluindo, obviamente, a Câmara Municipal de Peniche deve ter, e bem, uma grande sensibilidade face à realidade. Desde logo quem estuda no Ensino Superior depara-se com custos significativos e nem todos os encarregados de educação, nem todos os pais, têm a possibilidade real de contribuir para que o seu filho consiga a sua formação académica no Ensino Superior. Desde logo, o desafio é, no mínimo, a Licenciatura, o Mestrado, o Doutoramento, etc..., portanto, há aqui um longo caminho a percorrer. Quando esta medida entrou em vigor foi claro e notório que os jovens, que tiveram acesso, valorizavam muito este apoio e julgo que ainda hoje, quando recebem as bolsas da Câmara, no edifício principal da Câmara, na sala de reuniões, frisam muito isso, a importância que tem este valor. Naturalmente, têm acesso, em alguns casos, a outras bolsas da

*Universidade, também aqui no nosso concelho, o próprio Rotary Clube de Peniche dá uma bolsa por ano, também quero informar que nós temos, neste momento, em consulta pública o nosso regulamento que atribuirá, pelo menos, três bolsas por ano aos estudantes da nossa freguesia, até porque é uma forma de premiar todos aqueles que têm mérito, que estudam e que têm notas excelentes e que, obviamente, podem tornar-se grandes homens do amanhã nas diversas áreas e nós precisamos muito disso, precisamos muito de dar este impulso a esta juventude, de forma a que eles tenham oportunidades que muitos de nós não tiveram, portanto, há sem dúvida nenhuma esta medida que visa isso mesmo. Eu relativamente às questões que foram colocadas ao senhor Vereador Mark Ministro não me meto, compete à Câmara pronunciar-se sobre isso, mas eu quero dizer, também, à Assembleia Municipal o seguinte, não é nada fácil avaliar as diversas candidaturas, eu passei por isso, pelo menos, durante onze vezes, onze anos letivos e chegámos a ter algumas dificuldades, alguns problemas e tivemos, nalguns casos, que dizer à pessoa para retirar a candidatura porque não podia candidatar-se, portanto, há aqui situações que são complexas, agora, eu acho que tudo o que seja para agilizar, para facilitar, face àquilo que é o regulamento, porque o regulamento tem regras claras, a não ser que alguém, em termos da declaração que faz, não estiver a cumprir, mas julgo que há necessidade de perceber a evolução. Gostaria de dizer à Câmara que este regulamento é para todos os estudantes do Ensino Superior, incluindo os que estão em vertentes do Ensino Superior locais entre outros, portanto, não há qualquer dúvida sobre isso, de resto, queria ouvir a opinião da Câmara sobre a proposta concreta que fiz, não está em causa o valor, mas sim, o princípio de poder ser corrigido o valor.»*

**Paulo Ernesto (PSD):**

Disse:

*«Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que, aliás, acompanhou, um pouco, o meu percurso académico, enquanto funcionário do Município, e eu sei muito bem o esforço que significa, essa questão não se coloca, sei muito bem o esforço para os próprios, para os agregados, isso é, de facto, universal, é um critério bastante válido, a questão aqui é que não devemos facilitar. Aproveito a oportunidade para adicionar à minha intervenção uma questão, se o senhor Vereador Mark Ministro, porventura, tem conhecimento de reclamações ao longo destes anos, como tem sido essa variação, válidas ou não válidas, se alguma reclamação, eventualmente, tenha dado lugar a uma candidatura válida, quando inicialmente não era considerada como tal. Volto a frisar que esta questão da simplificação do processo, referida pelo senhor Vereador Mark Ministro, e sabemos muito bem como é que muitas atividades se processam nas contas que prestam à Autoridade Tributária e, sabemos que há atividade que não há forma de serem comprovadas num processo desta natureza, daí eu crer que a simplificação apenas para tornar um processo mais eficiente, nem sempre a eficiência, como nós sabemos, é aliada da eficácia.»*

**Vereador Mark Ministro (GCEPP):**

Disse:

*«Relativamente à simplificação, o que foi simplificado foi, de facto, a forma de cálculo, portanto, a fórmula anterior, ao rendimento, subtraía uma série de encargos, portanto, os impostos e contribuições, até ao limite fixado por despacho do Ministério da Educação e da Ciência, os encargos anuais com a habitação, até ao limite de 30% dos encargos declarados e os encargos com a saúde, até limite fixado por despacho ministerial e por último os encargos anuais com a educação, o que esta nova fórmula faz é, simplesmente, utiliza o rendimento, divide-o por doze e multiplica-o pelo número de elementos do agregado. Isto foi uma proposta dos serviços que nos pareceu que facilitavam o cálculo e não creio que será menos justo por esse motivo, no fundo, olhámos para o rendimento anual da família, dividimos pelo agregado, a mim, pessoalmente, não me pareceu que fosse errado ou que fosse menos eficaz por esse motivo. Relativamente à questão de podermos*

*aumentar os valores, não sei se faria sentido aumentar os valores, ou, eventualmente, atribuir mais uma ou duas bolsas. Neste momento atribuímos treze bolsas de mil euros cada, por ano, valor esse que tem sido aprovado pela Câmara Municipal, e não sei se faz sentido aumentarmos para mil e cinquenta euros ou mil e cem euros, ou equacionamos atribuir mais uma ou duas bolsas que, no fundo, criaria mais oportunidades.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse:

*«Eu peço desculpa, porque há pouco não os cumprimentei, portanto, cumprimento todos os que estão aqui e os que estão em casa. Em relação às questões levantadas, considero que são pertinentes, naturalmente que vamos avaliar, independentemente dos valores e do número de bolsa, acho que vamos ter que aprofundar essa análise e essa avaliação, e em função disso vamos tentar contemplar as sugestões feitas, que acho que são justas, e procurar corresponder àquilo que são as necessidades da nossa população estudantil do Ensino Superior e, em breve, diremos mais alguma coisa.»*

**Deliberação n.º 13/2020:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (7), do Partido Socialista (3) e da Coligação Democrática Unitária (4), e uma abstenção do senhor Deputado António Moniz, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, aprovar o projeto de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.

O senhor Deputado António Moniz, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche entregou a seguinte declaração de voto:

*«Declaração de voto*

*Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior*

*Relativamente ao ponto 6) da Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal de 7 de outubro de 2020 para “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior”, declaro a minha abstenção pelos seguintes motivos:*

a) *Na proposta do “Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior”, afirma-se que “o Município de Peniche irá criar condições para que os estudantes com um percurso escolar meritório, residentes no concelho de Peniche, possam frequentar o ensino superior, contornando as dificuldades económicas demonstradas pelo seu agregado familiar”, o que tem o meu total acordo.*

b) *Refere-se no artº 2º, nº 2 que “Entende-se por estabelecimento de ensino superior, todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de Licenciatura (1.º Ciclo) ou Mestrado Integrado (1.º e 2.º Ciclos Integrados)”, mas segundo a DGES, “O ensino superior passou a ter uma nova estrutura de três ciclos de estudos, conducentes aos graus académicos de licenciado, mestre e doutor. Esta estrutura foi introduzida em 2006 e totalmente implementada, em Portugal, a partir do ano letivo de 2009/2010”. Por conseguinte, os graus a que este regulamento deveria corresponder seriam Licenciatura, Mestrado e Doutoramento. Ou seja, não existe grau de “Mestrado Integrado”.*

c) *No artº 3º, refere-se que “O Município de Peniche atribui, mediante concurso, treze*

bolsas de estudo" e o valor mensal (artº 4º) poderá ser de 100 euros, pago mensalmente durante 10 meses, ou seja, mil euros por ano, o que é manifestamente reduzido em consideração dos valores mensais das propinas praticadas.

d) No entanto, para pugnar por uma maior integração social, o município deveria estabelecer a possibilidade de 3 dessas bolsas serem preferencialmente atribuídas as estudantes de origem étnica cigana, seguindo as condições de candidatura (artº 5º do regulamento), com as quais estou de acordo.

e) Caso não houvesse candidatos nessas condições essas bolsas seriam atribuídas aos restantes candidatos, mas deste modo haveria um apelo a maior integração social e à promoção do acesso a níveis mais avançados de educação, sobretudo entre a população mais desfavorecida.

f) A aplicação destas alterações poderia ser simples, mas nas presentes condições em que o regulamento está elaborado, não poderei votar favoravelmente, e solicito que essas alterações sejam introduzidas para poder alterar o meu sentido de voto em próxima ocasião.»

#### APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

**Deliberação n.º 14/2020:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

#### ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e cinco minutos do dia oito de outubro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a segunda reunião da sessão ordinária do mês de setembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)